



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 66

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1 DE MAIO DE 1963

ATA DA 61ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN.

As dez horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sina
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Leão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petronio Portela
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimanciel
Wilson Gonçalves
Dante Mariz
Maurici Villaga
Petrônio Diniz
Aurelio de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Neylon Costa
José Leite
Alcides do Carmo
Eduardo Catalão
Eurelio Rozendo
Paulo Torres
Vasconcelos Nunes
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Pádua Pedro
Fernando Corrêa
Euzébio Neto
Milton Menezes
Mello Braga
Alcides Castro
Antônio Carlos
Guido Mondim
Daniel Falger
Mota do Sô

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista da presença acusa o comparecimento de 1 Sr. Senador. Havendo número suficiente, declaro aberta a sessão. Não se lê a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

SENADO FEDERAL

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

Mensagem nº 171, de 1968

Nº 230-63, NA ORIGEM)

Nº 231

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do art. 7º da Lei número 4.510, de 1 de dezembro de 1964, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do Dr. Genécio Ponce de Arruda, para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na vaga do Dr. Jesuino de Freitas Ramos.

Conforme se verifica do anexo *Curriculum Vitae*, o indicado preenche todos os requisitos legais para a investidura.

Brasília, 29 de abril de 1968. — A. Costa e Silva.

"CURRICULUM VITAE"

Genécio Ponce de Arruda, nascido em 11 de setembro de 1915, em Juiz de Fora, Minas Geraes. Filho de João Pedro de Arruda e Adolfa Ponce de Arruda.

Cursos.

a) primário: Escola Modelo Barão de Alagado, Curitiba, Mato Grosso;
b) ginásio: Liceu Catibano;
c) superior: Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Colou grau em 9 de dezembro de 1939.

Investidura no Serviço Público:

Nomado por Decreto nº 1.270, de 24 de dezembro de 1939, para o cargo de Procurador Fiscal da Fazenda Estadual (Mato Grosso), tendo entrado em exercício a 23 de dezembro de 1939. Designado pela Portaria nº 27 de 13 de fevereiro de 1939, do Secretário-Geral do Estado de Mato Grosso, para a função de Oficial de Gabinete do Secretário-Geral e dispensado pela Portaria nº 81, de 2 de junho de 1939, por ter sido designado para exercer, em comissão, o cargo de Diretor do Tesouro do Estado de Mato Grosso, por Decreto nº 1.821, de 1 de junho de 1939. Exonerado, por Decreto, dos cargos de Procurador Fiscal da Fazenda Estadual e de Diretor do Tesouro do Estado, por Decreto nº 3.800, de 13 de junho de 1941.

Empregos particulares:

Não exerceu.

Advocacia militante — empregos particular atualmente:

Não exerce atualmente emprego ou atividades particulares, nem advocacia militante.

Investidura no cargo de Procurador da Fazenda Nacional:

Nomado por Decreto Presidencial de 4 de junho de 1941, para o cargo de Procurador, Padrão "J", do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda em caráter efetivo. Tomou posse a 11 de junho de 1941 e entrou em exercício a 17 do mesmo mês e ano, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Curitiba, Mato Grosso. Designado pela Portaria nº 3, de 13 de janeiro de 1942, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para substituir o Procurador da Fazenda Nacional no Estado de Minas Geraes. Designado por Decreto Presidencial de 24 de abril de 1953, para exercer a função de Procurador-Representante da Fazenda junto à Primeira Câmara do Conselho Superior de Justiça do Ministério da Fazenda. Designado pela Portaria Ministerial número 355 de 23 de outubro de 1954, para substituir o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Cavalcanti Neves em suas faltas e impedimentos. Dispensado pela Portaria Ministerial nº 62, de 27 de julho de 1955, da função de Procurador-Representante junto à Primeira Câmara do Conselho Superior de Justiça do Ministério da Fazenda. Designado pela Portaria nº 15, de 14 de julho de 1956, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para exercer a função gratificada, símbolo 1-F, de Procurador-Assistente do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Nomado por Decreto Presidencial de 22 de dezembro de 1956, para exercer, interinamente, como substituição, o cargo em comissão de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, durante o impedimento do titular, Dr. Wilson Moreira Arraes. Dispensado pela Portaria nº 42, de 19 de junho de 1957, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para exercer a função gratificada, símbolo 1-F, de Procurador-Assistente do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Designado pela Portaria nº 42, de 19 de junho de 1957, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para exercer a função gratificada, símbolo 1-F, do Procurador-Representante da Fazenda Nacional junto à 1ª Câmara do Conselho Superior de Justiça. Dispensado pela Portaria nº 74, de 24 de outubro de 1957, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, da função gratificada de Procurador-Representante da

Fazenda Nacional junto à 1ª Câmara do Conselho Superior de Justiça, por haver sido designado pela Portaria nº 75, de 24 de outubro de 1957, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para exercer a função gratificada, símbolo 1-F, de Procurador-Assistente. Designado pela Portaria Ministerial nº 62-53, de 26 de outubro de 1957, para substituir o Procurador-Geral da Fazenda Nacional em seus impedimentos eventuais. A Comissão e Economia.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Notificação de autografar a projeto de lei anexo:

Nº 170-63 — (1º de origem 157-63), de 19 de outubro de 1963 — anexo ao Projeto de Lei nº 10-63 (C.N.), que dispõe sobre a extinção de despesas administrativas e de outras providências. Projeto que se transcreve na Lei nº 5.423, de 29 de abril de 1963.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Ministro da Educação e Cultura, encaminhado para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando providências do para a resposta ao Requerimento de Informações nº 107-63, de autoria do Senador Lino de Mattos.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará providenciado por 23 dias o prazo de resposta do citado Requerimento. (Cessa)

Como não houve objeção está providenciado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informação:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 54-63, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura (Aviso nº 217-Br, de 24.4.63).
Nº 123-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 479-CT, de 25.4.63).
Nº 140-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 477-CT, de 25.4.63).
Nº 173-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 478-CT, de 25.4.63).
Nº 123-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 479-CT, de 25.4.63).
Nº 201-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 498-CT, de 25.4.63).
Nº 200-63, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 492-CT, de 25.4.63).

Nº 248/68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 481/GM, de 25.4.68).

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 148/68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 49/-CM, de 25.4.68).

Nº 156/68, enviada pelo Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República (Aviso nº 578/SAP/68, de 25.4.68).

Nº 196/68, enviada pelo Ministro do Interior (Avisos ns. BSB/139/68 e BSB/143/68, de 24.4.68).

Nº 192/68, enviada pelo Ministro da Aeronáutica (Aviso nº 43/GM/170, de 26.4.68).

Nº 232/68, enviada pelo Ministro da Aeronáutica (Aviso nº 42/GM/189, de 26.4.68).

De autoria do Senador Eurico Rezende

Nº 220/68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 493/GM, de 25.4.68).

De autoria do Senador Raul Guberti

Nº 157/68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 478-GM, de 25.4.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há requerimentos de informações, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário. São lidos os seguintes

Requerimento nº 438, de 1958

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, informações sobre o ensino agrícola no Brasil.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre o seguinte:

1) Quantas Faculdades de Agronomia, Escolas Superiores ou Médias de Agronomia, ou outras ligadas ao ensino agrícolas existem no Brasil?

2) Qual a capacidade nominal e quantos alunos existem atualmente nas mesmas?

3) A quantidade de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas atualmente existentes no Brasil, bem como da quantidade dos que concluem, atualmente, o curso, é suficiente para atender aos reclamos brasileiros no setor?

4) Caso negativo, existem planos no Ministério da Educação e Cultura para instalação de novas escolas ou Faculdades, assim como para ampliação das existentes?

5) Pretende o Governo estabelecer cursos intensivos, de duração limitada, para atender, de imediato, às nossas necessidades?

6) Existem convênios com outros países para aperfeiçoamento de agrônomos ou veterinários? Com quais países e quais os resultados obtidos até a presente data?

Sala das Sessões — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 439, de 1958

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre cobrança de taxas pelo DNPI.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

FLORIANO CUNHA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — DNPI — quais os motivos pelos quais está este órgão cobrando taxas, em flagrante contradição com o que preceitua a Constituição vigente.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 440, de 1953

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre cacau.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, sobre o seguinte:

a) Qual a produção, o consumo interno e a exportação de cacau pelo Brasil, nos últimos cinco anos?

b) Do total de toneladas exportadas, ano a ano, nos últimos cinco anos, quais as quantidades de natureza e as beneficiadas ou industrializadas?

c) Existem planos para instalação de indústrias para transformação de cacau em subprodutos, bem como para ampliação das existentes?

d) Qual a posição do Brasil na 2ª Reunião Ordinária da Aliança de Produtores de Cacau, a realizar-se em Lagos?

e) Tem o Ministério da Indústria e do Comércio, isolada ou conjuntamente com outros órgãos da administração, planos de financiamento e modernização dos meios de cultura do cacau?

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 441, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, informações sobre triticultura no Brasil.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o seguinte:

a) Quais os planos, porventura existentes, no planejamento geral para o Brasil, para o desenvolvimento da triticultura?

b) Nesses planos estão previstos a melhoria das espécies cultivadas, o aumento das áreas utilizadas no cultivo do trigo, o aumento da produção de maneira a atender suficientemente as necessidades brasileiras no setor?

c) Melhores financiamentos, mecanização e assistência técnica também estão previstos?

d) Quando, de acordo com o planejamento atual, estará o Brasil produzindo o suficiente para o consumo, dispensando, assim, as importações?

Sala das Sessões — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 442, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFP S. A. sobre duplicação das passagens de nível em Olinda e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFP S. A. — quais as providências tomadas visando a duplicação das passagens de nível em Olinda e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, para oferecer maior visibilidade aos motoristas e, consequentemente, evitar acidentes naquele local?

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968 — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 443, de 1953

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — informações sobre irregularidades em imóvel do Instituto em Niterói, no Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre o seguinte:

a) Quais as providências tomadas, ou em andamento, visando a regularização de locação, para comércio, de sala no Edifício São Sebastião, em Niterói, de propriedade do Instituto e ocupado por bancários?

b) Por que, não sendo o locatário da classe dos bancários, o INPS fez a referida locação?

c) Houve, no ato, consentimento por parte de algum funcionário do INPS, para tal irregularidade?

d) E' do conhecimento do INPS que o locatário não dispõe de licença da Prefeitura de Niterói para instalação de comércio?

e) E', ainda, do conhecimento do INPS que as condições de higiene na referida sala são as piores possíveis?

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 444, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre retirada de detritos deixados por navios, na praia, em Magé, Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, se foi tomada alguma providência a fim de que sejam retirados os detritos deixados por navios, na

praia, em Magé, Estado do Rio de Janeiro, para evitar surto epidêmico? Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 445, de 1958

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre o Plano Nacional de Saúde.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre o seguinte:

a) Em que se baseou o Ministério da Saúde para estabelecer as áreas de aplicação do Plano Nacional de Saúde?

b) Quais as áreas consideradas prioritárias e por que?

c) No Estado do Rio de Janeiro quais os municípios, isolada ou conjuntamente, estão incluídos no Plano e quais os prioritários?

d) Em que consiste o Plano Nacional de Saúde? Será ele aplicado em convênio com os Estados, municípios ou outros Ministérios?

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos logo depois da publicação, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há vários oradores inscritos, o primeiro dos quais é o Sr. Senador Alvaro Catão, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO CATÃO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns dias, desta tribuna, tive a oportunidade de focalizar alguns problemas que afligem o Estado que represento nesta Casa, Santa Catarina. Feri alguns aspectos da passagem, de certas atividades econômicas do meu Estado. Acentuei a vocação inequívoca para a indústria pesqueira, a existência das únicas reservas de carvão coqueificável, no nosso País, localizadas no sul-catarinense e a possibilidade de, naquela região, se instalar um grande complexo carbonífero, a exemplo do que existe na Alemanha, na Região do Ruhr, com a produção de energia elétrica e a implantação da siderurgia. No caso específico do Brasil, a produção de ácido sulfúrico e enxofre consequentemente, os fertilizantes.

Focalizei, naquela oportunidade, a existência de grandes reservas de pinheiros, de indústria, madeireira, bem como a exportação de madeira para os mercados do Prata e da Europa; a existência de um grande e diversificado parque manufatureiro no Vale do Itajaí, onde prepondera a indústria têxtil e metalúrgica, bem como na região de Joinville e tantas e tantas outras atividades que honram, não só o nosso Estado como o nosso País.

Resaltei a existência de verdadeiro celeiro de cereais; de um sem número de grandes frigoríficos destinados à industrialização de suínos; no Centro-Oeste e Oeste catarinenses, e ainda a vocação natural e as grandes possibilidades que tem o meu Estado para a indústria do turismo: indústria importante, mas até agora não compreendida, em que pese o esforço do atual Governo e do Presidente do órgão específico, a EMRATUR, que começa a produzir os primeiros frutos.

Focalizei, também, alguns problemas, principalmente o da falta de estradas, que vem, senão frustrando, prejudicando seriamente o esforço no-

Permita-nos lembrar, ao mesmo tempo, que cerca de 70 municípios têm interesse direto ou indireto no êxito dessa campanha, e que essa estrada é, sem

dúvida, a verdadeira rodovia de integração social econômica e política de Santa Catarina.

Estamos conscientes do papel, que iremos desempenhar junto aos diversos Municípios que integram essa área. acima, evidentemente, de quaisquer interesses político-partidários, pois, em campanha dessa importância, temos de ver, exclusivamente, os interesses maiores da terra e do povo catarinense que, estamos seguros, são sem quaisquer dúvidas, a conclusão imediata da implantação dos trechos ainda não terminados como Joaçaba — Rio-Leão (cerca de 30 kms.) e Xanxerê a São Miguel do Oeste, com providências imediatas e complementares para iniciar a pavimentação asfáltica de toda a rodovia.

E em vista do exposto, estamos solicitando o apoio e a colaboração decidida de V. Exa., e informando ao mesmo tempo, que diversas Comissões subsidiárias da Direção Central da Campanha estão se deslocando para todos os Municípios da área, num trabalho de persuasão pessoal de todas as pessoas de responsabilidade na vida pública e privada desta distante região.

Ao mesmo tempo esclarecemos a V. Exa. que foi organizado um grupo de representantes para manter contactos essenciais e imediatos com as autoridades federais em Porto Alegre, Florianópolis, Rio e Brasília, quando V. Exa. será procurado, onde se encontrar, para a devida assistência aos valiosos integrantes dessa equipe composta de homens abnegados e desprendidos, filhos da terra catarinense.

Cumprimentando a V. Exa., apresento-lhe as nossas cordiais saudações. — *Alfredo Italo Remor* — Presidente.

A essa comissão, que instituíram "Comissão Pró-BR-282 asfaltada", pertenciam também prefeitos, comerciantes e industriais, e, em todos aqueles vinculados, desta ou daquela maneira, à região e que desejavam o imediato reinício e a conclusão das obras da BR-282, paralisadas, como disse, desde 1960.

Foi dada a presidência a um grande líder, e industrial, um grande catarinense, Alfredo Italo Remor e começa a se movimentar e a motivar-se a opinião pública das outras regiões.

Desejava, como vimos, essa comissão, o reinício das obras, a começar pelo trecho Joaçaba — Rio Leão, ainda na implantação, com aproximadamente 32 kms. de extensão depois, viria o restante; abertura e implantação do Xaxim a São Miguel D'Oeste, numa extensão de cerca de 140 ou 150 kms. Assim, a Rodovia BR-282, com seus 650 kms, tem 450 kms de São Miguel D'Oeste a Lages e mais 20 kms de Lages a Florianópolis. Dos 450 kms quase 300 kms já estão implantados, faltando os trechos acima referidos: Joaçaba — Rio Leão e Xaxim — São Miguel D'Oeste.

Foi iniciada a luta. Arregimentaram-se os líderes do meio-ocidente catarinense. Motivaram a população. Criaram uma campanha e a sustentaram, sem desfalecimentos durante esses dois anos. E agora viram, surgir-lhes os primeiros sinais da vitória; dentro de poucos dias a maquinaria e o equipamento do Batalhão Rodoviário de Lages começará a chegar a Herval D'Oeste o que mencionaremos novamente adiante.

Mas, para chegar até o ponto em que se encontra, tivemos de sustentar uma luta que teve início há dois anos e provavelmente nos ocupará por mais um ou dois períodos governamentais, até a sua total con-

clusão, o asfaltamento de todo o trecho da BR-282.

Vicram várias vezes ao Rio, ele e seus valiosos companheiros, e juntos fizeram várias visitas, várias gestões e, em nome dele e da Comissão fiz também várias visitas e várias gestões.

Em agosto de 1966, tivemos os primeiros contactos com o Engenheiro José Lafayette Prado, então Superintendente do GEIPIOT — Grupo Executivo de Integração da Política dos Transportes.

Depois, com o ilustre paranaense o Engenheiro Alcyr Guimarães, então Diretor Geral do DNER e seu digno substituto, Dr. Chamocky. Em seguida, com os dirigentes do Conselho Rodoviário Nacional, cujo secretário, Engenheiro Marcilio Mota, e hoje chefe do Gabinete do atual Diretor Geral do DNER.

Ainda com o Engenheiro José L'Escobar, Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Transportes, e, finalmente, ainda, no início do segundo semestre de 1966, com o honrado brasileiro Marechal Juarez Távola, então Ministro da Viação.

As dificuldades eram enormes; a BR-282 não fazia parte do Plano prioritário do Governo nem estava entre as rodovias consideradas importantes pelos técnicos contratados pelo GEIPIOT. Isto queria dizer, que nos próximos 10 anos para ela não seriam previstos recursos para sua implantação definitiva. E o seu asfaltamento, seria um sonho irrealizável.

O segundo semestre de 1966 já passava da metade quando tivemos os primeiros contactos com a equipe que iria assumir o Governo eleito em 3-10-66. Nossa reivindicação básica: BR-282 — 191.

No discurso — plataforma do Presidente eleito, Marechal Costa e Silva, em Florianópolis, pleiteamos e conseguimos que Sua Excelência anunciasse, em compromisso solene, que a BR-282, seria toda implantada, durante o seu Governo. Isto é, o Presidente Costa e Silva, acompanhado pelo seu dinâmico Ministro dos Transportes, se comprometeu, após reconhecer a importância básica da Rodovia de integração política e econômica de Santa Catarina, que a BR-282 seria concluída a sua implantação até janeiro de 1971.

Mas, ainda no Governo do Presidente Castello Branco, um homem contribuiu marcadamente a sua passagem no então Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, hoje Ministério do Interior — o Ministro João Gonçalves de Souza, advogado, agrônomo e economista, mas acima de tudo um brasileiro do mais elevado conceito em nosso País e no exterior, pois voltara a ocupar, após três anos de bons serviços à Pátria, as suas elevadas funções de Diretor da OEA, em Washington.

O Ministro João Gonçalves, diga-se de passagem, cidadão emérito joaçabense, título que recebeu poucos dias antes de deixar o Ministério, deu instruções à SUDESUL, para colocar à disposição da BR-282 cerca de Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros: antigos, com os quais o Batalhão de Lages, iniciará, brevemente, os serviços de Joaçaba. Tivemos inclusive um encontro, juntamente com a Comissão, com o então superintendente da SUDESUL, Engenheiro Reginaldo Sá. No atual Governo, temos desde os seus primeiros dias mantido repetidos contactos com o Eng. Elizeu Rezende (DNER), Ministro Mário Andreazza, Coronel Ibiapino Lima, Comandante do Batalhão de Lages, os Diretores da DVT (o anterior e o atual) e com o próprio Presidente Costa e Silva, que é nosso dever e justiça ressaltar o seu maior interesse pela solução mais urgente possível para conclusão da BR-282.

Logo após a posse do Presidente Costa e Silva, estive (fui) em

com S. Exa., reiterei o meu apelo, e foi confirmado o seu empenho e a sua promessa de construir a BR-282 no seu Governo.

Em 15 de junho de 1967, foi publicado edital de concorrência pública para construção de um trecho da BR-282 — cerca de 31 quilômetros, ligando Joaçaba a Rio Leão — que permitiria o aproveitamento de um trecho de cerca de 300 quilômetros.

O tempo passou, recebi vários telegramas de congratulações pela auspiciosa notícia, uma vez que aquela providência inicial nos dava a certeza quase absoluta de que as obras seriam reiniciadas. Mas, infelizmente, o tempo foi passando e surgiu um problema que dificultou o pronto reinício das obras, tão ansiosamente esperado: é que, o 2º Batalhão Rodoviário, valiosa entidade do Exército, sediada em Lajes e que vem trabalhando há anos, e de maneira eficiente e valiosa, na construção do Tronco Principal-Sul e outras obras relacionadas com rodovias, naquela região, estava em vias de concluir suas operações naquela região.

Diante dessa circunstância e da presença, na região, de seus técnicos e equipamento especializado, o Exmo. Sr. Ministro do Exército solicitou ao seu colega dos Transportes fosse sustada a concorrência pública, dada a possibilidade de o Batalhão Rodoviário vir a executar as obras no trecho Lajes — São Miguel do Oeste, da BR-282.

Apesar de concordarmos todos, e com satisfação, em que as obras fossem executadas pelo denodado Segundo Batalhão Rodoviário, apenas pedimos que fosse dada pronta solução ao caso. No entanto, dificuldades que não se situavam no âmbito do Ministério dos Transportes, impediram que o assunto fosse, de frente, resolvido. Assim, não pôde ser dado prosseguimento à concorrência pública, cujos editais, como disse, já haviam sido publicados, e nem pôde o Batalhão Rodoviário iniciar, de pronto, suas atividades, principalmente do trecho Joaçaba-Rio Leão.

O tempo foi-se passando e o desânimo se apossando de todos aqueles interessados nessa obra. Várias gestões foram feitas junto às autoridades federais, inclusive pelo Governador Ivo Silveira. Estivemos, novamente, com o Ministro Mário Andreazza, com o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, este conceituado técnico que é o Dr. Eliseu Rezende, estive várias vezes com o então titular da Diretoria de Vias de Transportes do Exército, a DVT, General Coutinho até que, há pouco, tivemos a auspiciosa notícia de que o assunto havia sido resolvido, o Convênio já havia sido assinado e, inclusive, cópia do mesmo foi-me encaminhada, através de ofício, do Ministro Mário David Andreazza, que diz:

"Exmo. Senhor Senador Alvaro Catão:

Tenho a oportunidade de transmitir a V. Exa., para melhor informação sobre os serviços em execução na rodovia BR-282, cópia da correspondência enviada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem à Diretoria de Vias de Transportes, do Ministério do Exército, bem como a cópia do convênio entre os dois órgãos para a mencionada construção.

É do maior interesse para este Ministro que os Senhores Membros do Poder Legislativo acompanhem e observem as providências que, no âmbito da Pasta dos Transportes, estão sendo tomadas, dia a dia, no sentido de ser cumprido o programa de realizações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Estado de Santa Catarina, que V. Exa. superiormente representa no Senado Federal, tem merecido a melhor atenção, visto que o País, para que sejam aceleradas as condições de seu desenvolvimento, necessita do progresso global de todas as Unidades da Federação.

Atenciosamente, (a) Mário David Andreazza."

Tenho em mãos, igualmente, carta do Diretor do DNER e cópia da carta dele ao Diretor da DVT e do Convênio assinado entre o DNER e a DVT. A carta a mim dirigida está assim redigida:

DG 210.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1968.

Exmo. Senhor

Senador Alvaro L.B. Catão

Senhor Senador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da carta de V. Exa., datada de 11 de janeiro último, solicitando esclarecimentos sobre a construção da rodovia BR-282.

2. Sobre o assunto, apraz-me esclarecer a V. Exa. que já encaminhei, assinado, ao Diretor de Vias de Transportes, o convênio de delegação da implantação básica de trechos da BR-282, entre Lages e São Miguel do Oeste.

3. Tal convênio decorre da solicitação daquela DVT, feita em meados de 1967 e de que resultou fossem sustadas as providências para o início das obras, já adotadas pelo DNER naquela época, através da publicação dos respectivos editais de concorrência pública.

Encontram-se assegurados para a rodovia, na data de hoje, os seguintes recursos:

1963 — NCr\$ 1.000.000,00 — decorrentes de convênio assinado com a SUDESUL em 1967;

1969 — NCr\$ 4.160.000,00 — provenientes do Fundo Rodoviário Nacional;

1970 — NCr\$ 4.400.000,00 — provenientes do Fundo Rodoviário Nacional.

5. A obra é considerada prioritária na programação do Governo Costa e Silva, de acordo com as diretrizes que nos foram traçadas pelo Ministro dos Transportes.

6. Assim sendo, o DNER empenhar-se-á para obtenção dos recursos adicionais necessários à conclusão dos serviços e compatíveis com o ritmo que vier a ser imprimido aos trabalhos. Este objetivo poderá ser alcançado pelas reformulações de seus orçamentos anuais, pela utilização de verbas decorrentes de novos convênios com a SUDESUL e pela pesquisa de recursos suplementares através da operação de financiamento, ou outras.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. protestos de estima e consideração. — Eng. Eliseu Rezende, Diretor-Geral.

Acredito, pois, que as dificuldades tenham sido superadas, inclusive, conforme me informava o próprio General Airton Pereira de Tourinho, atual Diretor da DVT, já foi autorizado o dessequeamento do equipamento de uma Companhia do 2º Batalhão para a cidade de Herval D'Oeste, cidade que a BR-282 atravessa e contígua a Joaçaba.

Aguardamos a qualquer momento a chegada dos equipamentos, para fazermos a cerimônia do reinício das obras, tão ansiosamente esperado por

é tão importante para toda a região. Inclusive queremos contar com a presença do Ministro Andreazza no início das obras da estrada, pois de oito anos de paralisação, aguarda nova aurora e nova perspectiva para a economia dessa produtora e fértil região de Santa Catarina.

A luta tem sido muito grande e só o reinício efetivo das obras poderá fazer esquecer os momentos de frustração por que temos passado nesses oito anos de esforço. Até chegarmos neste ponto, foram várias as etapas enfrentadas, como aludimos antes; a começar pelo fato de ter tido a estrada suas obras paralisadas anteriormente e ter sido excluída do Plano Prioritário Rodoviário. Mas, finalmente, foi ela novamente incluída, pelo atual governo, no seu plano Prioritário de Obras Rodoviárias, através do Dec. 61.594, de 27.10.67. Essas dificuldades foram superadas e agora, confiamos que ela venha a ser realmente, iniciada e por ela possa a região escoar a sua importante produção de cereais, de produtos da suinocultura e das suas diversas indústrias para os centros consumidores do País. Desejo aqui pregar-me para, com os meus companheiros de luta, de esforços, de trabalho, em prol da BR 282, presenciar, em Joacaba, o reinício tão ansiosamente esperado.

Quero inclusive, dizer que estamos nos preparando para receber a honrosa visita do Ministro Albuquerque Lima, do Ministério do Interior — que é este o novo nome do antigo MINOR. S. Exa. deve chegar em Joacaba no dia 6 de maio próximo, para tratar de importantes problemas da região e afetos às diversas entidades vinculadas à sua Pasta e para receber, também, as homenagens das diversas representantes da região, que o aceitação de braços abertos, o que constituirá inclusive para que possa S. Exa. sentir a importância dessa estrada para Santa Catarina e para o Brasil.

Quero fazer referência ao esforço e engajamento do 2º Batalhão Rodoviário em relação a esta obra, agora que já está definido será de sua responsabilidade a execução da mesma.

Quero também, acuar o recebimento de um estudo geo-econômico da região vinculada a essa estrada que não foi encaminhado justamente pelo presidente da "Comissão pro BR 282", Sr. Alfredo Italo Remor, estudo muito bem apresentado com dados interessantes sobre o problema rodoviário de Santa Catarina e sobre vários aspectos da economia Catarinense e sua vinculação com a economia brasileira, mostrando a zona de influência da estrada, as principais atividades econômicas dessa região e demonstrando, principalmente, como afirmei há pouco, que o Governo Federal não tem dado a Santa Catarina, em termos de recursos para o setor de transportes rodoviários, montantes condizentes com as necessidades e com o esforço do povo "barreira verde", e condizentes, também, com aquilo que Santa Catarina vem carregando para os cofres públicos, através da arrecadação de impostos.

Assim é que, no montante de 548.510 quilômetros que compõem a rede rodoviária de meu País Santa Catarina conta com 31.180, dos quais 301, entre pavimentados e não pavimentados, o que corresponde a 2,29%.

A relação entre as estradas pavimentadas e não pavimentadas de Santa Catarina é de 1,3% exatamente a pior percentagem entre todas as estradas que compõem a Federação brasileira, e isto num Estado como Santa Catarina, que tem um total de

31.180 quilômetros, como afirmei, das quais nada menos que 25.044 quilômetros de estradas municipais, mostrando o esforço de comunas catarinenses neste setor e 5.235 quilômetros de estradas estaduais.

Por ali se verifica também que Santa Catarina, em 1965, estando em 7º lugar, com 31.180 km, no total geral de rodovias do País, devido principalmente às suas estradas municipais, onde ocupa o 5º lugar, e às estradas estaduais, onde ocupa o 6º lugar, está em 15º lugar no que diz respeito às rodovias federais construídas em seu território — e está em último na relação entre estradas pavimentadas e não pavimentadas.

Isto tudo para mostrar que é absolutamente imperativo indispensável que Santa Catarina venha a contar com a implantação e a pavimentação da BR-101, passando pelo litoral pela sua região mais industrializada e que, reiniciada de imediato, venha a ser construída totalmente no Governo atual a BR 282, a verdadeira estrada de integração de Santa Catarina, a estrada que vai reunir as várias regiões que compõem o meu Estado porque ela interessa, praticamente, a todo ele e vai colocar um hinterland muito importante, em razão de suas potencialidades econômicas e também da segurança nacional, como disse antes e que permitirá, inclusive, liquidar, de uma vez por todas, aquelas idéias e aqueles movimentos que, vez por outra, surgem nessa região, de um separatismo oriundo da falta de providências, no passado recente, para este problema vital para a Região e o próprio Estado.

Todos os anos, com qualquer chuva mais séria, esta região fica totalmente isolada do resto do País, sem poder transportar a sua produção de dezenas de milhares de toneladas de trigo, aveia, centeio, cevada, bem como a produção de suinocultura, de madeira e de suas indústrias, enfim, toda a riqueza de que Santa Catarina precisa e de que o País necessita.

Estou certo de que a promessa do Sr. Presidente da República, a promessa dos órgãos circunstantes ligados ao problema — o Ministério dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — não de ser respeitadas, não de ser cumpridas e que a BR-282 será efetivamente implantada e construída, no atual Governo.

Desejo reportar-me ainda ao recente encargo que mantive com o Ministro Hélio Beltrão, por ocasião de sua visita a esta Casa, para debater o Orçamento Plurianual, quando tive oportunidade de lembrar-lhe o compromisso do atual Governo quanto às BR 101 e BR 282. Mostrei-lhe a necessidade de carregar maiores recursos para as mesmas, no setor catarinense, a fim de que as promessas feitas sejam cumpridas, S. Exa. que comanda o setor de coordenação e econômica e orçamentária e tem o poder liberatório das respectivas dotações, tomou ciência e anotou devidamente o assunto para as devidas providências.

Por oportuna, antes de encerrar estas minhas palavras, gostaria de transcrever as declarações de Alfredo Italo Remor, Presidente da "Comissão pro BR-282 asfaltada," no fim do trabalho editado pelo 2º Batalhão Rodoviário, a que antes me referi:

COMISSÃO BR-282 "ASFALTADA"

AGRADECIMENTOS NECESSÁRIOS

Esta Comissão cumpre mais uma vez, o grato prazer de agradecer a todos, aqueles homens dotados de boa vontade, dotados de um espírito arejado e que desejam ver Santa Catarina não apenas um entre os Estados que se destacam nas arrecadações

federais, como no caso do Imposto de Renda, mas também seja ele dotado de estradas condignas com a pujança e o progresso em potencial da região, que é o que está a manter a cada dia que passa. Em dizendo isto, não podemos deixar de ressaltar os esforços dispensados pelo 2º Batalhão Rodoviário, que tem a sua frente o distinto Col. Hélio Lupatini de Lima e seus comandados daquela unidade militar, sediada em Lajes (SC). Em segundo lugar, todos que render as nossas homenagens aos que compõem a nossa Comissão, que nunca esqueceremos suas saudades de ser os primeiros passos em que se formaram grupos de trabalho, em 1961. A esses nossos companheiros de Comissão, que desejam o engrandecimento dos e do Estado e do País, que não medem esforços para ver concretizada a principal aspiração de Santa Catarina que é a total implantação e asfaltamento da BR-282, a espinha dorsal da integração catarinense, o nosso muito obrigado.

A imprensa falada e escrita, às autoridades civis, militares, eclesásticas e ao Governador Ivo Silveira, pelo tanto que já fizeram e que essa Comissão delas ainda espera, para a realização de uma conclusão dessa inadiável obra que muito irá contribuir para Santa Catarina e para o Brasil, nossas sinceras agradecimentos. — Alfredo Italo Remor — Presidente BR-282 — "Asfaltada".

Sr. Presidente, eram estas as considerações que queria fazer desta tribuna, neste instante e dizer que dirijo-me para o meu Estado, dentro dos próximos dias para lá aguardar a presença do Sr. Ministro Albuquerque Lima; que visitará Santa Catarina e essa região do centro-oeste catarinense e sua capital econômica, porta de entrada do Oeste a cidade Joacaba. Esperamos, também, breve contar com a visita do Sr. Ministro Mário Andreazza e do Diretor-Geral do DNER, Eng. Eliseu Resende por ocasião do fulcuroso reinício das obras paralisadas desde 1960. Assim, Sr. Presidente Santa Catarina poderá receber do Governo da União, no setor rodoviário, o tratamento a que tem direito pelo trabalho feito, profícuo e eficiente do seu laborioso povo. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO CATÃO, EM SEU DISCURSO.

Do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Do Diretor de Vias e Transportes do Ministério do Exército.

Sr. Diretor,

Com o presente, estamos encaminhando a V. Sa., já assinado por esta Diretoria-Geral, o convênio de delegação da implantação básica de trechos da BR-282, entre Lajes e São Miguel do Oeste.

Tal convênio decorre da solicitação dessa DVT, feita em meados de 1937 e de que resultou fossem sustadas as providências para o início das obras, já adotadas pelo DNER naquela época, através da publicação dos respectivos editais de concorrência pública.

Encontram-se assegurados para a rodovia, na data de hoje, os seguintes recursos:

1968 — NC\$ 1.000.000,00 — decorrentes de convênio assinado com a SUDESUI, em 1967;

1969 — NC\$ 4.200.000,00 — provenientes do Fundo Rodoviário Nacional;

1970 — NC\$ 4.400.000,00 — provenientes do Fundo Rodoviário Nacional.

A obra é considerada prioritária na programação do Governo Costa e Silva, de acordo com as diretrizes que nos foram traçadas pelo Ministro dos Transportes.

Assim sendo, o DNER empenhar-se-á para obtenção dos recursos adicionais necessários à conclusão dos serviços e compatíveis com o ritmo que vier a ser imprimido aos trabalhos. Este objetivo poderá ser lançado pelas reformulações de seus orçamentos anuais, pela utilização de verbas decorrentes de novos convênios com a SUDESUI, e pela pesquisa de recursos complementares através de operação de financiamento, ou outras.

Estamos recomendando a nossa Subdiretoria-Técnica colocar-se à inteira disposição dessa DVT para fornecimento de dados, estudos e projetos, relativos à BR-282, bem como para elaboração dos cronogramas físicos e financeiros, com vistas à consecução do objetivo traçado pelo Governo.

Valemo-nos do ensejo para reiterar a V. Sa. os protestos de elevada estima e consideração. — Engenheiro Eliseu Resende, Diretor-Geral.

Convênio de delegação de encargos para execução de serviços rodoviários na Rodovia BR-282 — trecho Lajes-São Miguel D'Oeste. A cargo do 2º Batalhão Rodoviário, que entre si fazem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a Diretoria de Vias de Transporte do Ministério do Exército, na forma abaixo:

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, neste termo denominado D.N.E.R., representado por seu Diretor-Geral, Engenheiro Eliseu Resende e a Diretoria de Vias de Transporte do Ministério do Exército, adiante denominada DVT-ME., representada por seu Diretor, General-de-Brigada Ayrton Pereira Tourinho, acordam e se comprometem no seguinte:

Primeiro — **Objetivo do Termo** — atribuídos à DVT-ME os encargos de construção e conservação da rodovia BR-282 — trecho Lajes-São Miguel D'Oeste, integrante do Plano Rodoviário Nacional, bem como as atribuições necessárias a sua boa efetivação, comprometendo-se a indenizá-lo das despesas decorrentes da execução desses serviços, na forma deste Convênio de Delegação de Encargos.

Segundo — **Local e data** — Lavrado e assinado na Procuradoria-Geral, sede do D.N.E.R., aos dias do mês de 30 ano de mil novecentos e sessenta e oito (1968).

Terceiro — **Execução** — A execução dos trabalhos obedecerá as Normas Técnicas do D.N.E.R. e ao projeto por este aprovado. A aquisição por via amigável, ou a desapropriação das faixas de terra, acessos ou benfeitorias, necessárias à execução das obras, serão feitas pela DVT-ME em conformidade com as normas do D.N.E.R.

Quarto — **Adjudicação de serviços a terceiros** — A adjudicação de serviços e obras a terceiros obedecerá as normas constantes da Legislação Federal em vigor sendo que: a) as concorrências serão feitas com base nas Tabelas do D.N.E.R.; b) em caso de adjudicação direta, os preços deverão ser iguais, ou inferiores aos das Tabelas do D.N.E.R., e, quando delas não constarem, deverão ser, previamente, aprovados pelo DNER; c) os instrumentos contratuais, inclusive seus aditamentos, deverão ser encaminhados à aprovação do DNER; d) os reajustamentos de preços obedecerão aos critérios vigentes no D.N.E.R.

Quinto — **Requisição de numerários** — Os pedidos de adiantamentos para o custeio dos trabalhos, serão formulados em expedientes próprios para cada verba, e serão encaminhados ao Diretor-Geral, através do órgão competente do D.N.E.R.

Sexto — **Entrega dos recursos** — A entrega dos recursos, para o custeio

colher o salário-família ao INPS, então, efetuar o pagamento aos trabalhadores avulsos, através de sindicatos.

Justificativa à propositura desse projeto, embora respeitável, é unilateral. Invoca a dificuldade das empresas para a inclusão do salário-família nas folhas de pagamento e a ausência dos trabalhadores para comprovação repetida da filiação dos dependentes mediante certidões e outros documentos.

Senhores Senadores, não há qualquer dificuldade para os trabalhadores avulsos efetuarem a comprovação da filiação de seus dependentes, que, essa obrigação no caso dos trabalhadores avulsos e atribuída aos sindicatos a apresentação ao I.N.P.S. o órgão encarregado de efetuar o pagamento do salário-família, o que vem sendo feito normalmente. A unilateralidade da proposição consubstancia-se no fato de que embora louvável a iniciativa no sentido de reduzir a burocracia interna e das empresas de regulação e entidades estivadoras, não, infelizmente, a mesma acuidade quanto ao problema social e a solução em todos os portos do país, a derrogação do salário-família aos trabalhadores avulsos, inevitavelmente provocará.

Os trabalhadores avulsos correm o risco de ter pura e simplesmente perdido o direito ao salário-família, o que lhes é assegurado pela Constituição Federal de 24 de janeiro de 1964, sem que, concomitantemente, seja aprovada nova fórmula de gozo do direito, para que seu desfrute seja solução de continuidade.

Considerando e atendendo ao fundamento apódo da Federação Nacional dos Estivadores, por meio do seu atual Presidente, Sr. José dos Santos, solicitei ao emissor do projeto, Sr. Senador Arthur Virgílio, que a matéria na Comissão de Legislação Social, fosse apresentada ao órgão técnico emenda que estabeleça um meio termo, entre a suspensão do Poder Executivo e a garantia de continuidade da percepção do salário-família pelos trabalhadores, sendo óbvio que vigorará o projeto 2º ora apresentado como emenda, enquanto o M.T.P.S. não vier a substituição da atual fórmula por outra que seja considerada satisfatória e que, de fato, consiga um aprimoramento do sistema de pagamento do salário-família, e não a sua supressão.

A emenda recebeu o beneplácito da Comissão de Legislação Social e desceu ao Plenário e ora se encontra na Câmara dos Deputados aguardando o pronunciamento da outra Casa do Congresso.

Coloquei ao eminente colega Senhor Deputado Chagas Freitas que se empenhou na sustentação da tese por mim aprovada, atendendo-se assim à acalorada reivindicação de muitos dos mais dignos e esforçados trabalhadores brasileiros (Muito bem! Muito bem!).

SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Wilson Gonçalves.

SR. WILSON GONÇALVES:

Senhor da palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais nada a ser inscrito. (Pausa)

Adá mais havendo a falar vou encerrar a sessão, anunciando para a sessão ordinária de hoje a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 1964

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (número 2.493-C-37, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais

remuneradas dos advogados e das outras providências, tendo Pareceres, sob nºs 192-66 e 24 e 25, de 1968

- sobre o Projeto;
- da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;
- da Comissão de Legislação Social, pela aprovação;
- sobre as Emendas de Plenário (sob nºs 1 a 4);
- da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à emenda nº 4, contrário à de nº 3 e favorável com subemendas às de nºs 1 e 2;
- da Comissão de Legislação Social, nos mesmos termos do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1968

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 369, de 1968) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B-68, na Casa de origem), que modifica redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 1968

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 370, de 1968) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, da Casa de origem), que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 1967

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências (projeto aprovado em primeiro turno, nos termos do substitutivo proposto pela Comissão de Agricultura, na sessão de 2-4-68), tendo Parecer, sob número 340, de 1968 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Esta encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão, às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 62ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Alvaro Maia.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Milton Trindade.
Pedro Carneiro.
Lobão da Silveira.
Achilles Cruz.
Petrônio Portela.
Siegfredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Mariz.
Manoel Villaca.
Pereira Diniz.
Argemiro de Figueiredo.
Aloysio de Carvalho.
Paulo Torres.
Vasconcelos Torres.
Gilberto Marinho.
Nequeira da Gama.
Pericles Pedro.
Fernando Corrêa.
Betrerra Neto.
Milton Menes.
Mello Braga.
Alvaro Catão.

Guido Mondin.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 159-C8 (nº de origem 236-68), de 27 do corrente mês -- restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58-67, no Senado e nº 1.438-60, na Câmara, que concede, por prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. Projeto nautido pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, e promulgado pelo Presidente da República em 27 de abril de 1968.

OFÍCIO DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL.

Nº 559-SAP-68, de 29 do corrente mês, acusando o recebimento do autógrafa referente ao Projeto de Lei nº 80, de 1967, no Senado e nº 112-67, na Câmara, que cria o Serviço de Bibliotecas Municipais e dá outras providências, publicado no Diário Oficial do dia 29-4-68.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Em 30 de abril de 1968

Comunicação de eleição e posse

- da Mesa da Câmara Municipal de Sítio Novo, MA;
- da Mesa da Câmara Municipal de Codó, MA;
- da Mesa da Assembleia Legislativa do Piauí, PI;
- da Diretoria da Casa do Estudante Pobre do Campo Major, PI;
- da Mesa da Câmara Municipal de Sobral, CE;
- da Mesa da Câmara Municipal de Penaforte, CE;
- da Mesa da Câmara Municipal de Groaíras, CE;
- da Mesa da Assembleia Legislativa do Ceará, CE;
- da Mesa da Assembleia Legislativa da Paraíba, PB;
- da Diretoria da Associação Bahiana de Medicina, BA;
- da Mesa da Câmara Municipal de Barra, BA;
- da Mesa da Câmara Municipal de São Lourenço, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal de Fatos de Minas, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal de Laínia, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal de São João da Ponte, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal de Planura, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal de Nova Friburgo, RJ;
- da Mesa da Câmara Municipal de São Fidélis, RJ;
- da Mesa da Assembleia Legislativa da Guanabara, RJ;
- da Diretoria da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, ES;
- da Mesa da Câmara Municipal de Itapua, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de São José da Bela Vista, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Barra do Turvo, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Rio do Oeste, SC;
- da Mesa da Câmara Municipal de Mirassol, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Brusque, SC;
- da Mesa da Câmara Municipal de Braço do Norte, SC;

- dos Membros do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, RS;
- da Diretoria do Conselho Fiscal da Liga Espírita Pelotense, RS;
- da Diretoria do Clube dos Subalternos e Sargentos de Cachoeiro do Sul, RS;
- da Mesa da Câmara Municipal de General Vargas, RS;
- da Mesa da Assembleia Legislativa de Porto Alegre, RS;
- da Mesa da Assembleia Legislativa de Goiás, GO;
- da Mesa da Câmara Municipal de Calapônia, GO;
- da Mesa da Câmara Municipal de Porto Murinho, MT;

Agradecimentos pela comunicação de eleição da Mesa do Senado;

- da Assembleia Legislativa de Alagoas, AL;
- da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, AL;
- da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ES;

Diversos:

- do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, PA, tendo considerações a respeito do veto presidencial acerca do Projeto de Lei número 117-67;
- da Assembleia Legislativa do Pará, PA, solicitando a revogação do Decreto-lei nº 101-67;
- da Câmara Municipal de São José da Laje, cunhorimentando o Senador Arnon de Mello pelo anaprimimento de honrosa missão na Europa, Oriente e América, sobre o estudo da energia nuclear;
- da Assembleia Legislativa de Alagoas, AL, enviando votos de congratulações ao Senado pela escolha do Senador Arnon de Mello para missão de estudos e pesquisas da tecnologia em diversos países;
- do Presidente da Câmara Municipal de Urucá, BA, expressando a relevância dos trabalhadores daquele município, com respeito ao decreto que fixa o salário-mínimo daquela Região;
- da Câmara Municipal de Uberaba, MG, enviando requerimento daquele Caca no sentido de se encontrar uma fórmula que extinga por completo a STINAB;
- do Presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais, tecendo considerações a respeito da exportação do café solúvel;
- da Associação Comercial de Minas, MG, solicitando a redução da idade para 45 e 40 anos para a aposentadoria dos trabalhadores em serviços considerados de grau médio e máximo de insalubridade periculosidade e pena, respectivamente;
- da Câmara Municipal de Governador Valadares, enviando pêsames pela morte de Assis Chateaubriand;
- do Presidente da 3ª Região da Justiça do Trabalho, solicitando a rejeição do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1-68 (nº 315-E-67, na origem);
- da Associação Comercial de Minas, MG, manifestando-se favoravelmente ao projeto que fixa a aposentadoria da mulher trabalhadora aos trinta anos de serviço, com salário integral;
- da Associação Comercial de Minas, MG, manifestando-se contrariamente ao Projeto de Lei do Senado nº 5-68;
- do Presidente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional, comunicando a instalação e efetivo funcionamento daquela entidade;
- do Conselho Regional de Farmácia, GR, solicitando a inclusão da profissão de Farmacêutico no Projeto número 826, de 1967;
- do Presidente da Federação dos Hotéis, solicitando a obrigatoriedade da gorjeta;
- da Confederação de Associações Comerciais do Brasil, solicitando a renovação da autorização constante nos Decretos-leis nºs 157 e 238-67;

— do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, GB, comunicando haver realizado Sessão Solene em homenagem ao Senador Gilberto Marinho, pela sua eleição para a Presidência do Senado Federal;

— da Câmara Municipal de Suzano, SP, solicitando reexame do seguro obrigatório;

— da Câmara Municipal de Taubaté, SP, solicitando rápida aprovação do Projeto de Lei nº 54-67, referente à Lei Orgânica das Cooperativas;

— da Câmara Municipal de Rio das Pedras, SP, solicitando reexame do seguro obrigatório contra terceiros;

— da Câmara Municipal de S. Carlos, SP, solicitando seja revogado o corte da verba do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) no Estado de São Paulo;

— da Câmara Municipal de São José dos Campos, SP, reivindicando a restauração da autonomia política dos municípios das capitais e daqueles considerados "estâncias hidrotermais";

— da Federação dos Trabalhadores Textéis do Estado de São Paulo, SP, solicitando aprovação da emenda do Deputado Floriano Paixão ao Projeto nº 973-68;

— da Câmara Municipal de Pirigui, revoltando-se contra a redução da verba da Assistência Médica no Estado de São Paulo, do INPS;

— da Câmara Municipal de Cambiara, SP, solicitando reestudo da regulamentação do seguro obrigatório;

— da Câmara Municipal de Barretos, SP, solicitando reestudo das normas regulamentadoras do seguro de Responsabilidade Civil;

— da Câmara Municipal de Mauá, SP, solicitando reestudo das normas regulamentadoras do seguro de Responsabilidade Civil;

— da Câmara Municipal de Leme, SP, manifestando-se favoravelmente ao projeto que computa para a aposentadoria o tempo que o funcionário público, antes de sua nomeação, contribuiu para a Previdência Social;

— da Ordem dos Advogados do Brasil, SP, enviando relatório sobre o momentoso problema da criação indiscriminada de Faculdades de Direito;

— do Sindicato dos Mineiros Lauro Müller, solicitando aprovação do Projeto de Lei que concede aposentadoria aos quinze anos de serviço;

— da Câmara Municipal de Caxias do Sul, RS, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 265-67;

— da Câmara Municipal de Alegre, RS, tecendo considerações sobre moratória;

PARECERES

Parecer nº 371, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 1.126, de 1967, do Senhor Senador Aurélio Vianna, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, do Editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na edição, de 25 de novembro de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O ilustre Senador Aurélio Vianna nos termos do art. 212, letra "y", do Regimento Interno, pelo presente requerimento, solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do Editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na edição, de 25 de novembro de 1967.

2. O requerimento encontra apoio regimental, nada havendo no âmbito desta Comissão, que lhe possa ser oposto, razão pela qual a Comissão de Constituição e Justiça opinou pelo seu deferimento, devendo serem ouvidas as Comissões de Agricultura e Segurança Nacional.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Carlos Lindenberg, Relator. — Bezerra Neto. — Aloncio de Carvalho. — Antônio Rabinho. — Alvaro Maia. — Menezes Pimentel.

Parecer nº 372, de 1968

Da Comissão de Agricultura, sobre o Requerimento nº 1.126, de 1967, que solicita transcrição nos Anais do Senado Federal, do editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na edição, de 25-11-67.

Relator: Senador Teotônio Vilela.

O presente requerimento, apresentado pelo Senhor Senador Aurélio Vianna, solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do "Correio da Manhã", edição, de 25 de novembro de 1967, sob o título "Desafio Amazônico".

A Comissão de Constituição e Justiça, apreciando o requerimento, manifestou-se pela sua aprovação, mas solicitou que fossem ouvidas as Comissões de Agricultura e de Segurança Nacional.

Dentro da competência regimental desta Comissão, nada vemos que contraindique a aprovação do requerimento em apelo. Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 12 de março de 1968. — José Ermírio, Presidente. — Teotônio Vilela, Relator. — João Cleofas. — Milton Trindade. — Argemiro de Figueiredo.

Parecer nº 373, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Requerimento nº 1.126, de 1967, que solicita transcrição nos Anais do Senado Federal, do Editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na edição de 25.11.67.

Relator: Senador Oscar Passos.

O presente requerimento, apresentado pelo nobre Senador Aurélio Vianna, visa a transcrever nos Anais do Senado Federal o editorial do "Correio da Manhã", edição de 25 de novembro de 1967, intitulado "Desafio Amazônico".

A Comissão de Justiça, examinando a proposição, manifestou-se por sua aprovação. Contudo, solicitou fossem ouvidas as Comissões de Agricultura e Segurança Nacional.

A Comissão de Agricultura opinou favoravelmente, na medida em que nada contra-indicava a aprovação.

Essa, também, a nossa opinião. Convém, entretanto, aduzir que o Poder Executivo, através de recente pronunciamento do Senhor Ministro Albuquerque Lima, julgou o anteprojeto de construção de um Lago na Amazônia contrário ao interesse público.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1968. — Paulo Torres, Presidente. — Oscar Passos, Relator. — José Cândido. — Manoel Vilaga. — Lobão da Silveira. — Argemiro de Figueiredo.

Parecer nº 374, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, que dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos".

Relator: Senador José Cândido

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 127, de 21 de fevereiro próximo passado, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, foi encaminhado a esta Comissão o projeto em apelo, oferecido pelo mesmo eminente representante do Estado do Rio, no qual propõe que o Edifício-Sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, se denomine "Palácio dos Arcos".

Contrariando o que dispõe o Decreto nº 60.502, de 14 de março de 1967, que manevra a denominação de Palácio Itamaraty para a nova sede do Ministério das Relações Exteriores,

em Brasília, o nobre autor da proposição declara que o majestoso palácio, em virtude de sua própria concepção arquitetônica, recebeu espontaneamente a denominação de "Palácio dos Arcos".

A douta Comissão de Relações Exteriores manifestou-se contrariamente ao Projeto, sob fundamento de que a escolha dos nomes dos edifícios que abrigam os órgãos do Poder Executivo deve ficar a critério do mesmo Poder.

Alega, ainda, aquele órgão técnico que a denominação clássica e tradicional "Palácio Itamaraty" ultrapassou as fronteiras do Brasil, para representar, entre todos os povos do mundo, a nossa própria Chancelaria.

No que tange ao exame da matéria pela Comissão de Segurança Nacional, entendemos que o assunto, pela sua natureza, escapa inteiramente à apreciação do citado órgão técnico.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1968. — Paulo Torres, Presidente. — José Cândido Ferraz, Relator. — Manoel Vilaga. — Argemiro de Figueiredo. — Lobão da Silveira. — Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu ofício nº 316, de 22 do corrente, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, pelo qual remete cópia de proposição daquela Assembleia, propondo emenda ao texto da Constituição do Brasil no tocante a nova redação ao parágrafo único do art. 151.

Como não se acha cumprida a exigência constitucional, contida no artigo 50, § 4º, pelo qual, a proposta a ser apresentada no Senado deverá ter sido aceita por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria de seus membros, o expediente enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ficará na Secretaria da Presidência até que se complete a exigência constitucional para sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos:

Nº 393-68, ao Ministro da Agricultura;

Nº 395-68, ao Ministro do Interior;

Nº 399-68, ao Ministro da Indústria e Comércio;

Nº 400-68, ao Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República;

Nº 401-68, ao Ministro da Fazenda;

De autoria do Senador Edmundo Levi:

Nº 396-68, ao Ministro da Saúde;

De autoria do Senador José Ermírio:

Nº 397-68, ao Ministro da Saúde;

Nº 398-68, ao Ministro da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes requerimentos de informações:

Nº 1.154-67, de autoria do Senador José Ermírio, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 401.802, de 18-3-1968, de 15-3-68).

Nº 267-68, de autoria do Senador José Ermírio, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 404.618-68-S.M.E.-GB-139, de 26.4.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofícios do Ministro da

Fazenda, solicitando prorrogação de prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 183-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres;

Nº 224-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch;

Nº 227-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres;

Nº 241-68, de autoria do Senador Edmundo Levi;

Nº 250-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres;

Nº 267-68, de autoria do Senador José Ermírio;

Nº 270-68, de autoria do Senador José Ermírio.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos citados Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve objeções, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há requerimentos de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 446, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre móveis adquiridos pela Rádio Ministério da Educação e Cultura.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, o seguinte:

- 1) Se foram adquiridos móveis pela Rádio Ministério da Educação e Cultura?
- 2) Em caso positivo, se houve concorrência pública para a aquisição?
- 3) Quais os móveis adquiridos e explicar, detalhadamente, os valores unitários.

Sala das Sessões, em 30-4-1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 447, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Agrícola sobre reabertura das aulas e liberação de recursos para o Centro de Tratoristas de Campos, Estado do Rio.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Agrícola por que motivos, até o momento, não foi dada a ordem para a reabertura das aulas e a liberação de recursos para o Centro de Tratoristas de Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 448, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, informações sobre extensão de rede da Light para a Fábrica Estrela na Vila Inhumirim, no município de Magé, Estado do Rio.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Senhor Presidente:

Requero, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, se consta, entre as obras prioritárias da Light, a extensão da sua rede elétrica para a Fá-

brica Estrela, na Vila Inhumirim, no município de Magé, Estado do Rio, para o fornecimento de mais 1.000 quilowatts, bem como a construção de uma sub-estação para essa finalidade.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 449, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S. A. — informações sobre doação de estações de Itaocara, Portela, Coronel Teixeira e Laranjais, no município de Itaocara, Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S. A. — quais as providências tomadas, relativamente à doação das estações de Itaocara, Portela, Coronel Teixeira e Laranjais, no município de Itaocara, Estado do Rio, à Prefeitura Municipal ou a repartições federais para utilização de serviço públicos.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 450, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — informações sobre construção de ponte sobre o rio Pomba, na cidade de Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre planos existentes para construção de nova ponte sobre o rio Pomba, na cidade de Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 451, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre apoio financeiro ao Hospital de Miracema, no Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, se tem dado apoio financeiro ao Hospital de Miracema, no Estado do Rio; e, se não o fez até agora, explicar as razões.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução número 32, de 1968, de autoria do Senador Aloysio de Carvalho que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria foi oferecida uma emenda, pelo Senador Pereira Diniz, e que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Resolução nº 32-68

O § 1º do art. 187 do Regimento Interno passará a ter a seguinte redação:

“§ 1º O Suplente de Senador que tenha exercido o mandato, poderá frequentar o recinto das sessões, exceto na ocasião das votações, sendo-lhe, entretanto, defeso a participação nos debates.”

Justificação

O Suplente de Senador que tenha prestado compromisso e exercido o mandato, está sem dúvida, vinculado ao Senado.

E' justo, pois, que se lhe permita frequentar o Plenário, onde às vezes debatem-se matérias da sua própria iniciativa, sendo-lhe mais fácil o esclarecimento pessoal aos Senhores Senadores, sobre dúvidas que possam surgir nas discussões que se travarem.

Além disso a cordialidade proporcionada pelo convívio resultante do exercício provisório do mandato, cada vez mais se assentua nos contatos pessoais, que a presença do Suplente no Plenário propicia.

Esperamos, assim, a acolhida da emenda que submetemos à devida apreciação dos Senhores Senadores.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1968. — Pereira Diniz.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência vai remeter o Projeto às Comissões de Constituição e Justiça, e Diretoria, para se pronunciarem sobre ele e a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há vários oradores inscritos, o primeiro dos quais é o Sr. Senador Antônio Carlos, a quem concedo a palavra.

(Pausa.)
S. Exa. não está presente.
Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Lévi. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.
Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Catão. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.
Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.
Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, vou pedir permissão à Casa para fazer assim como que uma espécie de caleidoscópio, de vez que assuntos anteriormente focalizados por mim tendo obtido resultados, sinto-me no dever ético, no dever moral e no dever parlamentar de dar ciência de que os reclamamos, os pedidos de informação e as providências solicitadas encontram — como encontram aqui, nos casos que focalizarei — o necessário eco.

O primeiro, Sr. Presidente, é uma carta do Ministro Mário David Andreazza, decorrente de reportagem do “Jornal do Brasil”, que, conforme V. Exa. sabe, dá muita cobertura aos assuntos do Estado do Rio, não só porque ali tem mercado de leitores muito grande como também sua área de influência se estende à região que represento nesta Casa.

O “Jornal do Brasil” publicou uma reportagem muito interessante sobre o problema do Porto de Niterói. Fiz um discurso e estou vendo que a assessoria do Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, está funcionando. Eis porque é mais ao “Jornal do Brasil” do que a mim própria, que apenas homologuei o que aquela folha havia anunciado, que esta carta se dirige. Está concebida nos seguintes termos: (lé)

Exmo. Senhor Senador Vasconcelos Torres:

Dediquei a mais elevada consideração ao discurso em que Vossa Exa., na sessão do dia 14 de março, focalizou o problema do porto de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, ressaltando a necessidade urgente da sua dragagem.

Assevero a V. Exa. que a questão não foi descurada pelo Ministério dos Transportes. Conforme tive oportunidade de informar pelo Aviso nº 1.043/G.M. de 21 de dezembro de 1967, dirigido ao Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 984, de 16/7, do Ilustre Senador, a proposta do mesmo assunto, a dragagem mencionada está na dependência dos estudos ora procedidos por consultoria especializada, através do Grupo de Integração da Política de Transportes.

Aproveito o ensejo para agradecer as referências elogiosas de V. Exa. à atuação deste Ministro, que tem por escóbo principal cumprir integralmente o programa de realizações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com vistas ao redimensionamento da economia brasileira, dentro do processo global de desenvolvimento.

Atenciosamente. — Mário David Andreazza.

Sr. Presidente, nesta mesma base, neste caleidoscópio, neste Círculo parlamentar, V. Exa. me vai permitir a leitura de ofícios onde consta a resposta dos meus pedidos para que não julgum que eu apresente saíra de Requerimentos, de pedidos, e depois por eles não me interesse mais.

Recebendo resposta estou no dever ético de elogiar a autoridade que correspondeu ao apelo que, desta elevada tribuna do País, dirigi a diversos Ministérios e órgãos do Governo Federal.

Passo, então, a ler a resposta do Major Brigadeiro Marinho Candido dos Santos, sobre o Aero Clube de Miracema:

“Em atenção à solicitação contida em carta C6.11.67 do Aero Clube de Miracema, esclareço a V. Exa. que os motivos que levaram a retirada temporária da aeronave PP-HRR, prendem-se exclusivamente a orientação técnica imprimida por esta Diretoria.

Face a atual conjuntura econômica, não nos tem sido possível a renovação do equipamento de vôo distribuído às entidades aerodesportivas, restando-nos portanto, a alternativa da movimentação das aeronaves, dos aeroclubes sem aproveitamento para os que cumprem sua finalidade precípua, consubstanciada na formação de pilotos aprovados em exames da DAC.

O Aeroclube de Miracema não vinha dando utilização adequada aos aviões que lhe foram confiados já que em 1966 e 1967 vôo 524:25 e 476:15, respectivamente, formando apenas, três pilotos.

Por ocasião da inspeção realizada no Aeroclube, pelo órgão competente desta Diretoria, constatou-se que os serviços de Secretaria não estavam devidamente organizados.

Desviando-se assim, o Aeroclube de Miracema da finalidade para a qual foi autorizado a funcionar determinou-se a retirada, temporária da Aeronave em apêço, entregando-a a uma congênere para o fim adequado.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ass.: Major-Brigadeiro Marinho Candido dos Santos, Diretor Geral de Aeronáutica Civil.”

Sr. Presidente, peço a atenção do nosso Serviço de Radiodifusão, dos Srs. Sérgio, Cabral e do próprio Diretor Fábio Mendes, para os assuntos diferentes de que estou tratando, no dia de hoje e que, dado o serviço social que o nosso Serviço de Imprensa e Radiodifusão vem prestando, eu gostaria que fossem mencionados.

O Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus do Itabapirana, Dr. Francisco Moraes Ferreira, dá-me ciência do alarme dos cafeicultores dessa região que, com motivações ameaçadoras do IBC, através do seu Sindicato, batem às portas do Senado para pedir providências a respeito do chamado problema da erradicação de cafeais no Estado do Rio.

Cito um trecho em que ele diz:

Diante da intranquilidade e constrangimento em que se encontram cafeicultores, este legislativo, unanimemente, resolveu dirigir aos representantes fluminenses, no Senado e Câmara Federal, para intercederem junto ao Exmo. Sr. Presidente da República, a fim de que S. Exa. mande sustar qualquer medida contra classe laboriosa e honesta dos agricultores.”

Sr. Presidente, este assunto foi objeto de requerimento de informações que formulei e também tema de discurso substancial do meu eminente colega e companheiro de representação do Estado do Rio, Senador Paulo Torres, S. Exa. esgotou a matéria, tratando-a com a eficiência que lhe é peculiar e comunicando o que, realmente se está passando em todo norte-fluminense, relativamente ao problema da erradicação de cafeais.

Sr. Presidente, finalmente o Vereador George Farah, da Câmara Municipal de Campos, pede ao Senado, por meu intermédio, que sejam modificados artigos e parágrafos da Lei nº 4.870, que trata do problema da cana de açúcar, relativamente a determinação do preço não justo e solicitando seja feita a perda contábil nas Usinas, acrescentando:

“Bastariam fossem feitas sanções quanto aos gastos, em diferentes regiões, para se estabelecer o custo médio da produção.

Desse modo evitar-se-ia qualquer possível jogo contábil e teríamos um preço justo.”

Necessário, também, se for a vedar diferentes preços para o açúcar, de modo a evitar a sanha dos atravessadores, que vivem lucrando-se das determinações governamentais em detrimento dos produtores e consumidores.”

E' acrescentado a Lei nº 4.870, de 1 de dezembro de 1965, para se pretenda revogar.

Sr. Presidente, dou, assim, cabal cumprimento à minha missão de representante do Estado do Rio de Janeiro, nesta Casa. Dou-me também, por satisfeito comigo mesmo, por que não quero ser, um Senador que apenas armazena estoques de requerimentos de informações. Quando me chegam pedidos de providências e soluções, primeiro os comunico ao Senado, por uma questão de respeito à Casa e a mim mesmo.

Sr. Presidente, este assunto árido, monótono, entretanto, e puramente objetivo. Nenhum atrativo da oratória parlamentar me trouxe à tribuna, no dia de hoje. Renovo, pois o pedido de desculpas por estar dando conta desta tarefa que fico não como um correio mas com o sentido exato do cumprimento da representação que o povo fluminense me outorgou. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, vem o Senado, repetidas vezes, registrando, em seus Anais, documentos de interesse político e social, com implicações e reflexos na vida brasileira.

Neste momento, somos porta voz de uma solicitação para que conste dos Anais do Senado, documento que considere na linha daqueles a que nós estamos referindo.

Não usaremos, Sr. Presidente, do processo de requerimento de inserção nos Anais do Senado. Acreditamos que tal posição forçaria o rigor da exigência regimental, muito embora o documento a que nos referimos tenha, de fato, excepcional significação. (Lê.)

Todos conhecem a posição da realidade que D. Helder Câmara vem desempenhando na vida brasileira. Notadamente nestes últimos dez anos. Diríamos melhor se acrescentássemos que o Padre Helder — assim é que ele acha devemos chamá-lo — vem se destacando com dimensões de liderança internacional no quadro da intervenção social da Igreja. Podemos exemplificar: estávamos em 1955 em Buenos Aires, quando em La Plata se realizava um Congresso Internacional de Bispos católicos. No exemplo noticiário dos diários da capital portenha, víamos em sub-título especial referências aos locais onde o Padre Helder iria pregar e celebrar missa.

Acontece, Senhor Presidente, que nestes últimos dias, em torno de conferências que o ilustre prelado realizou na Europa, a convite de centros culturais e de declarações que que ali teria prestado à imprensa, levantou-se no Brasil intensa polémica. O arcebispo de Recife e Olinda lavaria feito o elogio de Che Guevara e Luther King, e se manifestava pela tese de que somente a violência resolveria o impasse político, social e econômico da América Latina. Dissera também que podia ser ele próprio, assassinado em nosso país.

O eminente líder católico foi, conseqüentemente alvejado por um tumulto de intrigas e folgamos em registrar que com sua chegada ao Rio de Janeiro, o Padre Helder, dentro da franqueza e das elevadas virtudes que o caracterizam, tudo esclareceu. De modo tranquilizador, inclusive para amigos que ele tem nos mais responsáveis setores da vida nacional. Entre estes amigos, podemos destacar o jornalista Roberto Marinho, diretor de "O Globo". O eminente jornalista, na edição de 27 deste, fazendo declaração de uma velha amizade, não nega justiça ao alto valor do sacerdote, revela um certo teor de preocupação com o desvio que se atribui ao seu compadre e amigo, o Padre Helder.

O jornalista Roberto Marinho não se deixou, contudo, envolver no vendaval de prevenções e intrigas com que querem atingir o Padre Helder, o qual, devemos adiantar, jamais declarou que havia um complot para eliminar sua vida, e nem tampouco advogara a necessidade da violência. Afirma que Guevara e Luther King morreram em razão de suas idéias não significa ser adepto de tais idéias.

Considero o artigo do jornalista Roberto Marinho um documento a se registrar e que neutraliza o curso passionais com que pretendem forçar os fatos. Aliás, Sr. Presidente, também devemos assinalar que "O Globo", no amoral projeto das subleções, tomou posição coincidente com a que defendemos na sessão de sexta-feira última, no Senado.

Leremos o artigo intitulado: O Padre Helder", de autoria do seu amigo e compadre. — Roberto Marinho

O PADRE HÉLDER

Roberto Marinho

Quebro uma rotina dos editoriais de primeira página de "O

Globo". Pretendo, assim, caracterizar não apenas meu interesse pessoal na solução de um problema que se aguçava, mas o dos leitores deste jornal pela mensagem que representa hoje a simples menção ao nome desse iranzão e infatigável trabalhador que prefere chamar-se modestamente de padre, para quantos sofrem física ou moralmente neste País.

Esta é a homenagem que presto ao homem que está no centro do maior afeto, do pavor que admira com reverência e do atuante social de quem divirjo com respeito.

Prendem-me a D. Helder laços antigos, que remontam ao início de sua vida na Arquidiocese do Rio. Aqui, neste clima das repercussões neurálgicas do organismo nacional, se desenvolveu em plenitude sua vocação em prol dos desamparados, trabalho que acompanhei de perto. Embora não concordando com a forma a por ele elaborada para a solução do problema das favelas, fui eu que o levei ao Presidente Café Filho, junto a quem iria pleitear, com êxito, os meios para a realização do seu projeto.

Jamais esqueceremos quanto nos honrava, em nosso aniversário de fundação sua participação como celebrante da missa gratulatória e quanto nos comoviam suas palavras carinhosas, marcadas de generosidade e de estímulo.

Várias vezes divergimos, discutimos, sobre os seus pronunciamentos públicos. Chegávamos inevitavelmente a um acordo, quando a procura de uma formulação mais apropriada, inspirados tanto ele quanto nós pelos mesmos propósitos de servir a comunidade. Nossa amizade cresceu a tal ponto que a se lei com o que lia via de melhor em mim. D. Helder é o padrinho do meu último filho.

Mesmo após sua transferência para Recife e Olinda, tanto confiava nessa amizade que me ofereci ao Presidente Castelo Branco para visitar D. Helder e tentar desfazer a atmosfera de incompreensão que se desenvolvia entre o arcebispo e as autoridades militares regionais, missão que o grande chefe do Governo da Revolução preferiu desempenhar pessoalmente.

Parto, pois, desse mesmo respeito, desse mesmo afeto para apreciar o clima que se vem criando em torno dos pronunciamentos do ilustre prelado agora colocado no centro da zona antes considerada explosiva, mas que, hoje, começa a ostentar os sinais do que alguns já classificam como o milagre da recuperação do Nordeste brasileiro.

Compreendo seus sentimentos veementes diante das injustiças que ainda marcam certos aspectos da vida nessa parte do Brasil. Estarão, todavia, tais manifestações — não evidentemente a obra social — em sua forma ou estilo ou em sua intensidade, temperadas por aquela dose de prudência que é legítimo esperar de um pastor tão carregado de responsabilidades perante não só a Igreja, mas toda a Nação? Não teriam algumas delas sido tão inoportunas e até mesmo aberrantes que justificassem os perfis deformados que têm sido desenhados de sua figura?

Parece-me — e anseio que esta minha palavra ecoe como um apelo na grande alma de padre Helder — que lhe tem dado faltado, nestes dias, o senso de medida, que só engrandeceria sua nobre missão, sem em nada diminuir a atualidade. Mesmo desejando ain-

ceramente a aceleração do processo de participação social no desenvolvimento econômico, não podemos acreditar que D. Helder pretenda, como suas últimas declarações parecem preconizar, incitar o povo ao desespero ou a uma revolta cujo fruto, se vitoriosa, seria perdido para os pobres inimigos de nossas nações, de nosso espírito de família e afinal da própria Igreja. As reformas que esse desejo devem ser conquistadas dentro do regime democrático.

Conhecemos o padre Helder cheio de mansuetude. Não o concebemos irado. Vemo-lo buscando a Paz para os homens. Não o reconhecemos pregando a violência, exaltando os guerrilheiros, citando como símbolos, não importa de que assassinos de milhares e milhares de irmãos.

Não pode padre Helder desconsiderar a força de sua liderança com que Deus lhe entregou para unir os homens, nem a penetração da sua palavra que continuará a "boa nova".

Estou por isso convencido, de que esta atuação, esse verbo, estão sofrendo distorções de imagem tanto por culpa do formulador, como dos que o estão julgando.

Ouso daqui, talvez presenciosamente, mas em nome de uma amizade que é um dos maiores prêmios que recebi nessa já avançada vida, fazer um apelo a D. Helder para uma humilde meditação do seu estilo de homem e de sacerdote sobre as modestas palavras que reunio neste pedaço do jornal. E estendo esse apelo aos que estão julgando D. Helder pelo que ele está aparentando ser.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como disse de início, de parte de D. Helder Câmara já surgiu, na imprensa — após a sua chegada — um desmentido sincero, franco e simples às declarações ou afirmativas que se lhe atribuíam, mas devemos convir que corrijam e atuam contra as atitudes e as campanhas defendidas, no interesse do povo, por D. Helder Câmara, com a mais deslavada má fé.

— Preço por saca de café no interior, sem ICM	NCr\$ 48,00
— Índice inflacionário de 1947 (4,5%)	12,00
— Reajuste do valor do US \$ 60,00, em 28.12.1957, com influência decisiva no café (20%)	12,00

— Preço final para lavrador	84,00
— ICM de 18%, aproximadamente	12,00

— Preço final, para lavrador	84,00
— Valor de uma saca de café, na exportação, em US\$	140,00
— Dólar (US\$ 41,00) ou cerca de	84,00
— Preço para o lavrador	84,00

— Preço restante (para o Governo)	56,80
Resumo — Governo — 1,3	
— Lavrador — 2,3	

— Safra estimada — 18.000.000 de sacas (exportação)	NCr\$
— Do estoque do IBC — 3.000.000 de sacas (consumo interno)	
— Total de 26.000.000 de sacas	
— Cálculo aproximado:	
18.000.000 a NCr\$ 56,80	1.022.400.000,00
18.000.000 a NCr\$ 53,80	1.022.400.000,00
	1.022.400.000,00

Vemos por aí, Sr. Presidente, quais os recursos que a Nação passaria a ter, através da exportação do café, pagando ao agricultor aquilo a que efetivamente deve ter direito.

Vemos que está havendo verdadeiro desestímulo na zona cafeeira, porque não há preço compensador. Há mais de três anos, apesar da inflação, o café não tem tido o preço justo e razoável para fazer face à sua balança de comércio.

Vemos ainda a publicação do "O Globo", de hoje, na qual o Govern-

De vários setores do Brasil, facilmente identificáveis, não partirão jamais retificações generosas ou esclarecedoras como essas que vieram de parte de D. Helder Câmara, E, que faz do seu sacerdócio uma ligação muito séria à missão social da Igreja, terá sempre pela sua frente, ou cruzando os seus caminhos, aqueles que não usam a boa fé e querem que perdure e que sobreviva o estado de coisas absolutamente incompatível com a dignidade da pessoa humana. (Muito bem: Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Melo Braga.

O SR. MELO BRAGA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias o jornal "O Globo", publicou declarações do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Caio de Alcântara Machado, com referência ao preço do café na próxima safra.

Diz a nota, em resumo o seguinte:

"A Saca de café que custava 56 cruzeiros novos, vai passar a custar 65 cruzeiros novos a partir de maio próximo, quando entrará em vigor o regulamento de embarque e esquema financeiro do Instituto Brasileiro do Café. A informação foi prestada à imprensa pelo Sr. Caio de Alcântara Machado, presidente do IBC, que adiantou ainda aos jornalistas que a primeira de janeiro do ano vindouro o produto será elevado para 72 cruzeiros novos".

Tôco S. S. em seguida outras considerações sobre tópicos ligados à comercialização do café.

Sr. Presidente, quero manifestar, nesta oportunidade, o nosso desagrado quanto ao preço referido nessa nota, porque não corresponde às necessidades dos nossos cafeicultores.

Temos, em mãos, um estudo breve sobre o problema de preço do café, que vou ler em seguida, para que fique nos Anais desta Casa e chegue ao conhecimento do Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café:

— Preço final para lavrador	84,00
— ICM de 18%, aproximadamente	12,00
— Preço final, para lavrador	84,00
— Valor de uma saca de café, na exportação, em US\$	140,00
— Dólar (US\$ 41,00) ou cerca de	84,00
— Preço para o lavrador	84,00
— Preço restante (para o Governo)	56,80
Resumo — Governo — 1,3	
— Lavrador — 2,3	
— Safra estimada — 18.000.000 de sacas (exportação)	NCr\$
— Do estoque do IBC — 3.000.000 de sacas (consumo interno)	
— Total de 26.000.000 de sacas	
— Cálculo aproximado:	
18.000.000 a NCr\$ 56,80	1.022.400.000,00
18.000.000 a NCr\$ 53,80	1.022.400.000,00
	1.022.400.000,00

Vemos por aí, Sr. Presidente, quais os recursos que a Nação passaria a ter, através da exportação do café, pagando ao agricultor aquilo a que efetivamente deve ter direito.

Vemos que está havendo verdadeiro desestímulo na zona cafeeira, porque não há preço compensador. Há mais de três anos, apesar da inflação, o café não tem tido o preço justo e razoável para fazer face à sua balança de comércio.

Vemos ainda a publicação do "O Globo", de hoje, na qual o Governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel, diz o seguinte:

"Mais uma vez, com os preços anunciados pelo Governo para o café, perde-se oportunidade preciosa de irrigar recursos na região agrícola mais dinâmica do País".

Tais preços — afirmou — não vão conter o processo de descapitalização alarmante da cafeicultura brasileira; até pelo contrário, aceleram, ainda mais esse processo negativo e danoso.

continuou: "Não há crise de superprodução que justifique a persistência de preços desestimulantes. Por motivos que a maioria ignora, não se consideram as ponderações e advertências do setor, ainda há pouco manifestadas no II Congresso Nacional do Café, realizado em Curitiba".

Nesta emergência, o Governo do Paraná não tem outro meio senão o de abrir mão de parte considerável da receita pública para favorecer a cafeicultura, com sacrifício até de obras de infraestrutura programadas, por entender que o colapso do café atingiria indiretamente toda a economia do Estado. Mais uma vez o Paraná arca com o ônus de uma política cafeeira que continua insensível e alheia da realidade. Prefiro perder receita do que contribuir para perder o café. Dai reduzimos de 18 para 15% a alíquota do ICM sobre o café na safra 1968-69, no sentido de que essa diferença reverta em benefício da lavoura. Acredito, contudo, que, a longo prazo, essa não seja uma causa perdida."

Por aí, Sr. Presidente, vemos que o Governo do Paraná sensível às necessidades e dificuldades que atravessa a lavoura cafeeira, sacrifica parte de sua receita, reduzindo o ICM de 18 para 15%, para poder dar maiores recursos ao homem da lavoura, até que o Governo Federal deposite e amanhã compense condignamente o homem que trabalha.

O Presidente do IBC, Sr. Cário de Mello Machado, ainda diz, como vimos, que de janeiro em diante espere levar o café a 72 cruzeiros a saca, quando este preço já devia estar sendo pago hoje, considerando a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar.

Por isso fiquem as minhas palavras registradas nesta Casa e cheguem a Sr. Mesa, para que em horas tranquilas, de meditação, conversando com homens que entendam do assunto do café, não com homens do Fundo Monetário, que não sabem o que representa o café, que vivem no Rio de Janeiro, longe, à distância, pensando em outros problemas, se capacite daquilo que o homem do campo precisa, para atender às suas necessidades.

São estas as minhas palavras.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer
Victorino Freire
Pessoa de Queiroz
Nilton Costa
José Leite
Guarardo Catalão
Eduardo Rezende
Benedicto Valladares
Jairo de Mattos
Filinto Müller
Bogerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Milton Menezes
Mello Braga
Celso Ramos
Alvaro Catão
Antônio Carlos
Atilio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Estão presentes 34 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (nº 2.496-C-57, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências, tendo Pareceres sob ns. 192-66 e 24 e 25, de 1968

— sobre o Projeto:

— da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;

— da Comissão de Legislação Social, pela aprovação;

— sobre as Emendas de Plenário (sob ns. 1 a 4);

— da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à emenda número 4, contrário à de nº 3 e favorável com subemendas às de ns. 1 e 2;

— da Comissão de Legislação Social, nos mesmos termos do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto, reconstituído em virtude de requerimento do Senador Antônio Carlos, deferido em 10 de agosto de 1967, com parecer da Comissão de Legislação Social, teve sua discussão encerrada, com apresentação de emendas, na sessão de 3 de maio de 1966 e foi remetido, na oportunidade, às Comissões de Constituição e Justiça, para falar sobre o Projeto e as emendas, e Legislação Social, para se pronunciar sobre as emendas.

A Mesa deixa a votação deste Projeto para o final da Ordem do Dia, em virtude de a mesma ter que ser realizada em escrutínio secreto, até que se faça a convocação dos Senhores Senadores ao plenário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho)

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 339, de 1968) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1968 (nº 972-B, de 1968, na Casa de origem), que modifica redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que o mesmo seja subido a votos, é dada como aprovada a redação final, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar a respectiva tramitação na outra Casa do Congresso, designo o nobre Senador Carlos Lindenberg, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 369, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B-68, na Casa de origem), que modifica a redação de dispositivos da

Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente — Nogueira da Gama, Relator — Manoel Vilhaga.

ANEXO AO PARECER Nº 339-68

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B, de 1968, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Subemenda nº 1 — CCJ e à emenda da redação)

Ao "caput" do art. 1º

Inclua-se, após o nº 697, o nº 721 e, após o nº 894, o nº 895.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 3, de Plenário, com destaque de expressão: da Emenda nº 2)

Ao art. 1º

Ao § 1º do art. 670, mencionado no art. 1º do projeto, dê-se a seguinte redação:

"§ 1º Nos Tribunais Regionais Integrados por onze juizes togados, dois deles serão escolhidos dentro advogados, dois dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, de notório merecimento e idoneidade moral, com, pelo menos, sete anos de prática forense, e sete entre os juizes do Trabalho Presidentes de Junta da respectiva Região por promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, mediante indicação do Tribunal Regional, que, nos casos de promoção por merecimento e nos de preenchimento das vagas reservadas a advogados e membros do Ministério Público, apresentará ao Presidente da República listas com três nomes."

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 8, de Plenário, e à Subemenda nº 1 — CCJ)

Inclua-se, onde couber, de acordo com o disposto na Emenda nº 1:

"Art. 721. Incumbe aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento, e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes.

§ 1º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento, salvo quando da existência, nos Tribunais Regionais do Trabalho, de órgão específico, destinado à distribuição de mandados judiciais.

§ 2º Nas localidades onde houver mais de uma Junta, respeitando o disposto no parágrafo anterior, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador será transferida a outro Oficial, sempre que, após o recurso de 9 (nove) dias, sem razões que o justifiquem, não tiver sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventário às penalidades da lei.

§ 3º No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo previsto no art. 88.

§ 4º E' facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.

§ 5º Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Presidente da Junta poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventário."

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 9, de Plenário, e à Subemenda nº 2 — CCJ)

Ao art. 1º

Dê-se ao art. 894, mencionado no art. 1º do projeto, a seguinte redação:

Art. 894. Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da conclusão do acórdão.

a) das decisões a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso I do artigo 702;

b) das decisões das Turmas contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com prejugado, ou com jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os titulares dos novos cargos de Julz. criados nesta Lei, e instaladas as Turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua atual composição e de seus Presidentes como definido na legislação vigente."

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 11, de Plenário)

Ao art. 1º

Acrescente-se, onde couber, de acordo com o disposto na Emenda nº 1:

"Art. 895.

a) das decisões definitivas das Juntas e Juizes, no prazo de dez dias;"

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 1 — CLS)

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º As vagas de Juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho deixadas pelos atuais ocupantes dos cargos serão preenchidas por magistrados, membros do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho e advogados, na forma dos arts. 113, § 1º, e 123, § 1º, da Constituição Federal."

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Subemenda nº 3 — CCJ e à Emenda nº 13, de Plenário)

Ao art. 8º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 8º Conta-se como tempo de serviço na magistratura, para todos os efeitos, exceto no tocante à promoção por antiguidade, o prestado no Ministério Público no Poder Judiciário e em cargo público de provimento privativo por bacharel em Direito.

Parágrafo único. O tempo de efetivo exercício como suplente de Juiz do Trabalho será contado para efeito de promoção por antiguidade na classe."

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 16, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho, quando em serviço, terão passe livre nas empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos limites da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho a que servirem."

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 18, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Fica estendida, na forma desta Lei, a jurisdição das seguintes

Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado do Espírito Santo:

a) a de Vitória, aos Municípios de Vila Velha, Guarpari, Cariacica e Serra;

b) a de Cachoeiro do Itapemirim, aos Municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy, Muqui, Alegre, Castelo e Jerônimo Monteiro."

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 370, de 1968) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B de 1968, na Casa de origem), que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos é a mesma dada como definitiva, sendo aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 316 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar a tramitação da matéria naquela Casa do Congresso Nacional designo o nobre Sr. Senador Aloysio de Carvalho, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

DE 370, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.238, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Nogueira da Gama, Relator. — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 370-68

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem.)

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 2-CCJ)

Dê-se ao item I do art. 2º, contido no art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"I — se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições de menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a quem assumira a sua guarda, ou mandá-lo interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à EMENDA Nº 1-CCJ)

Ao § 1º do art. 2º, contido no artigo 1º do projeto

Suprima-se.

EMENTA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3-CCJ) — Ao art. 3º do projeto suprima-se.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 4:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1961, de autoria do Senador Senador Edmundo Levi, que dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências (projeto aprovado em primeiro turno, nos termos do substitutivo proposto pela Comissão de Agricultura, na sessão de 2.4.68), tendo Parecer, sob nº 340, de 1968 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, no segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que seja o projeto submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PARECER

Nº 340, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para segundo turno, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967,

Relator: Sr. Alvaro Maia

A Comissão apresenta, em anexo, a redação do vencido, para segundo turno, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, que dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Nogueira da Gama, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 340-68

Redação do vencido, para segundo, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ordenamento da exploração das espécies vegetais nativas e o estímulo à heveicultura previstos no art. 4º, alínea "g", da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1933, e art. 2º item III da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1937, respectivamente, serão efetuados de conformidade com o estabelecido na presente lei e seu regulamento.

Art. 2º A silvicultura, em qualquer das modalidades de que trata esta lei, terá por fim não só tornar a atividade economicamente estável como também preservar espécies e homogeneizar a flora nas áreas determinadas.

Art. 3º Caberá à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a aprovação, o financiamento, ou de silvicultura, em geral, na Região Amazônica.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a atuação e a forma de participação do Ministério da Agricultura e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) na execução desta lei e nas transações e atos nela previstos.

Art. 4º Para os fins previstos nesta lei, são reservados os seguintes recursos:

a) recursos orçamentários próprios dos órgãos indicados no artigo anterior.

b) 60% (sessenta por cento) dos incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1933, e que tenham permanecido sem aplicação durante um semestre;

c) importância que resultará do percentual obrigatoriamente deduzido dos créditos mencionados no art. 45, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1933, conforme dispuser o regulamento da presente lei;

d) outros recursos que os complementem ou os substituam.

§ 1º A participação financeira do IBRA e do Ministério da Agricultura será fixada no regulamento desta lei.

§ 2º Os incentivos fiscais, de que trata a alínea "b", serão aplicados de acordo com o critério que a SUDAM estabelecer, sem interferência dos beneficiados pelo art. 7º da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1933.

§ 3º Não será inferior a 20% (vinte por cento) a dedução a que se refere a alínea "c" deste artigo.

Art. 5º Nos planos de heveicultura, só será permitido o cultivo das espécies botânicas indicadas no item I do art. 4º da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1937.

Art. 6º O proprietário de terras que pretenda operar com base na presente lei apresentará pedido de financiamento à SUDAM, indicando a espécie ou espécies botânicas cujo cultivo planeja, a superfície, a localização da área a ser cultivada e, ainda, o memorial descritivo do seu patrimônio territorial.

Art. 7º O financiamento constituirá transação em que o proprietário rural entregará ao órgão financiador área equivalente ao valor do financiamento pleiteado.

§ 1º Se a propriedade, por sua pequena extensão ou condições fisográficas, não comportar desmembramento, cujos resultados minifúndio antieconômico, o custeio do plano, ou parte dele, poderá ser debitado ao contratante para pagamento a longo prazo, a juros não superiores a 6% a.a., pela forma que o regulamento estabelecer e atendidos o tipo e o ciclo das culturas pretendidas.

§ 2º Se não for conveniente ou executável o plano de financiamento na forma indicada e na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior poderá ser adotado plano de colonização particular, aplicando-se, no que couber, o disposto nos Seções II e III do Capítulo II, Título III, da Lei nº 4.504, de 23 de novembro de 1934.

Art. 8º Não haverá em qualquer hipótese, financiamento que abranja área superior a 3.000 hectares.

Art. 9º Deverá ser continua a área objeto do plano de cultura. Excepcionalmente, porém, tendo em vista a localização, as condições topográficas e as espécies, as condições topográficas e as espécies a serem cultivadas, poderá ser financiado plano que abranja áreas descontínuas.

Parágrafo único. As áreas descontínuas serão totalizadas para efeito de cálculos de financiamento.

Art. 10. As áreas dadas em pagamento serão vendidas ou arrendadas de conformidade com a legislação vigente e sob as condições e forma que o regulamento estabelecer.

§ 1º O financiado terá direito a continuar na exploração da propriedade em toda a sua extensão, durante o prazo de 5 (cinco) anos, pagando, a partir do segundo ano da implantação do plano, uma taxa de arrendamento que não deverá exceder de 6% sobre o montante da produção da área dada em pagamento.

§ 2º Vencido o prazo concedido o financiado, tendo em vista a impor-

tância da continuidade das atividades na extensão territorial, devidamente comprovada pela SUDAM, poderá continuar a exploração da antiga propriedade, total ou parcialmente, pagando taxa de arrendamento não superior a 8% (oito por cento).

Art. 11. Será admitida a permuta do áreas quando a localização da, pertencente ao pretendente ao financiamento não for favorável ou não oferecer condições de êxito à execução do plano.

Art. 12. Em todos os contratos baseados nesta lei será incluída cláusula que obrigue o financiado a promover o desenvolvimento da pecuária e da agricultura, com os tipos e nas proporções convenientes, de acordo com as necessidades locais, as possibilidades comerciais e a situação da área a ser explorada.

Art. 13. Serão tidos como em pleno aproveitamento, sem limite de área, durante o prazo de cinco anos, os seringais nativos da Amazônia que estejam sendo explorados na data da presente lei.

Art. 14. A SUDAM, ouvido o IBRA, poderá considerar determinadas áreas prioritárias ou de experimentação, para efeito de implantação do sistema instituído por esta lei.

Art. 15. O regulamento da presente lei será baixado dentro de 60 (sessenta) dias e disporá sobre:

a) normas de contrato;

b) modos de operação para os financiamentos e implantação dos planos;

c) avaliação de terras oferecidas em pagamento;

d) tipos e intensidade da pecuária e agricultura nos planos de financiamento;

e) exploração das terras pelo financiado;

f) arrendamento e venda das terras recebidas;

g) juros de financiamento e taxa de arrendamento a financiado;

h) colonização particular;

i) diretrizes para os convênios entre a SUDAM, IBRA e Ministério da Agricultura;

j) dimensão de áreas para exploração;

k) diretrizes para os convênios entre a SUDAM e os financiados para execução dos planos.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se, agora, ao item nº 1, da pauta, que será votado, sem prejuízo das emendas, em escrutínio secreto de ver que dispõe de interesse da nobre classe dos advogados, por conseguinte de profissionais liberais.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1964 (nº 2.496-C-51, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 162-66 e 24 e 25, de 1968

— sobre o Projeto:

— da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;

— da Comissão de Legislação Social, pela aprovação;

— sobre as Emendas de Plenário (sob ns. 1 a 4):

— da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à emenda número 4, contrário à de nº 3 e favorável com subemendas de ns. 1 e 2;

— da Comissão de Legislação Social, nos mesmos termos do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Embora evidente a falta de número, tem o projeto que ser submetido a votos para que se faça a chamada. Em votação o projeto em escrutínio secreto. (Pausa)

Os Srs. Senadores já podem votar o projeto. (Pausa).

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vai-se proceder à contagem. (Pausa)

Votaram sim, 11 Srs. Senadores; não, 1 Sr. Senador e houve 1 abstenção.

Não há número.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada.

E' feita a chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SRS. SENADORES

Adalberto Sosa
Pedro Carneiro
Dobão da Silveira
Athalies Cruz
Sebastião Archer
Leônio Portela
Gefredo Pacheco
Manarte Mariz
Manoel Villaga
Carolina Diniz
Pessoa de Queiroz
José Leite
Alberto Marinho
Fernando Correa
Alfonso Menezes
Aldo Braga
Guido Monahan

SR. PRESIDENTE:

(Alberto Marinho) — A chamada, apenas, e comparecimento, no início, de 7 Srs. Senadores.

O texto do Regimento declara que, havendo falta de número, no caso de votação secreta, proceder-se-á à chamada. Se esta acusar a existência de quorum, repetir-se-á a votação uma só vez. Não havendo existência de quorum, fica atada a votação.

Assim sendo, o Projeto tem a sua votação transferida para a primeira sessão ordinária.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (nº 2.493-C-57, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências, tendo Pareceres, sob nº 182-65 e 24 e 25, de 1963 sobre o Projeto;

da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;

da Comissão de Legislação Social, aprovação;

sobre as Emendas de Plenário (sob ns. 1 a 4);

da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à Emenda nº 4, contrário à de nº 3 e favorável com subemendas às de ns. 1 e 2;

da Comissão de Legislação Social, nos mesmos termos do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1963 (nº 3.350-B-65, na Casa de origem), que institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências, tendo Parecer favorável sob número 278, de 1963, da Comissão de Educação e Cultura, com a emenda que oferece sob nº 1-C.E.S.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1963

(nº 1.082-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janró, ex-extranumerário-diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, tendo Parecer, sob nº 381, de 1963 da Comissão de Finanças.

4

pecial concedida a Nicolau Janró, ex-apreciação preliminar da constitucionalidade, de acordo com o art. 265 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1938, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que estende a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais previstos na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, tendo:

Parecer, sob nº 293, de 1938, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade da proposta com voto em separado do Senhor Senador Carlos Lindenberg.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

I

Projeto de Lei nº 13, de 1938 (CN), que "declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do Artigo 16 § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especia e dá outras providências" — Presidente: Senador José Leite; e Relator: Deputado João Roma.

Dia 9-5-68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21 horas na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 14-5-68 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 15-5-68 — Publicação do parecer, e

Dia 22-5-68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos.

Prato — Início: 17-4-68; e, Término: 27-5-68.

II

PROJETO DE LEI Nº 14 DE 1938 (CN), QUE "DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO E ISENÇÃO DE IMPOSTOS NA EXPORTAÇÃO E NA IMPORTAÇÃO.

Presidente: Wilson Gonçalves.

Relator: Dom Vieira.

Dia 14-5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 17-5 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 18-5 — Publicação do parecer; e

Dia 23-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 9 horas.

Local.

III

PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1963 (CN) QUE "INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Senador Manoel Villaga.

Relator: Deputado Raymundo Brito.

Dia 15-5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator às 21,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão do Senado Federal;

Dia 21-5 — Apresentação do parecer;

Dia 22-5 — Publicação do parecer, e

Dia 28-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 9,00 horas.

IV

Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1967 (CN) que "acrescenta um item ao Art. 45, um parágrafo ao Art. 161 e altera a redação do Artigo 150 da Constituição" — Presidente:

Senador Fernando Corrêa; e Deputado Wilson Martins.

Dia 7-5-68 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 8-5-68 — Publicação do Parecer;

Dia 14-5-68 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos. (Primeira discussão).

V

Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao Art. 100 da Constituição do Brasil (Aposentadoria dos Funcionários Públicos). Presidente: Senador Adalberto Senna; e, Relator: Deputado Raimundo Parente.

Dia 6-5-68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores;

Dia 7-5 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 8-5 — Publicação do parecer; e

Dia 15-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos (primeira discussão).

VI

Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1968 (CN), que "suprime o Art. 53 e seu parágrafo único da Constituição". — Presidente: Deputado Ulysses Guimarães; Relator: Deputado José Lindoso.

Dia 7-5-68 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 8-5-68 — Publicação do parecer, e

Dia 16-5-68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta às 21 horas e 30 minutos (primeira discussão).

VII

Projeto de Emenda à Constituição nº 3 de 1933 (CN) que "suprime o inciso I do Art. 60 da Constituição e dá outras providências". — Presidente: Senador Nogueira da Gama; e, Relator: Senador Antonio Carlos.

Dia 7-5-68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 18 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Dia 7-5-68 — Apresentação do parecer;

Dia 16-5-68 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta às 21 horas e 30 minutos (primeira discussão).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira. — Presidente: Senador Wilson Campos.

Deputado Pedroso Horta; e Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Dia 7-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Hora — 16 e 21 horas.

Assunto — Depoimentos: 16 horas — D. Neuza Terezinha Cavalcanti.

Presidente da Associação Brasileira de Nutrição — 21 horas — Professor Benjamin Almagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara;

Dia 8-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos: 16 horas — Professor Ribeiro Candia, Catedrático de Nutrição da Faculdade de Higiene e Saúde Pública do São Paulo — 21 horas Professor Hélio de Souza Luz, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dia 9-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos: 16 horas — Professor Ribeiro da Silva, Professor de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina — 21 horas — Professor Lauro Solero, Professor de Farmacologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dia 14-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Professor Adriano Fontes, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia — 21 horas — Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Dia 15-4-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Professor Eduardo Tavares, Professor de Traqueologia Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — 21 horas — Professor Vladimir, Professor de Pedagogia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Dia 19-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Professor Eduardo Tavares, Professor de Traqueologia Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — 21 horas — Professor Vladimir, Professor de Pedagogia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Antônio Manoel de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Alimentos — 17 horas — Dr. Cláudio Lian, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Estado do Rio de Janeiro — 21 horas — Dr. Ricardo Pereira de Queiroz, Presidente da Companhia de Usineiros do Estado de Pernambuco.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Dia 23-5-68 — Reuniões da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora — 16 e 21 horas;

Assunto — Depoimentos — 16 horas — Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21 horas — Dr. Lúcio Vasconcelos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias do Ministério da Saúde.

Até 8 de maio — Apresentação dos pareceres.

Até 8 de maio — Publicação dos pareceres.

Até 14 de maio — Discussão do Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Güberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Edmundo Levi, na Sessão do dia 29 de abril de 1968 que, entregue à revisão do orador, seria publicado posteriormente.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, relata-nos Rui Barbosa, através da sua sempre, mas não bastante louvada "Oração aos Moços", que, discutindo Alcibiades com Péricles, em palestra registrada por Xenofonte, acertou de pater o que seja lei, quando existia ou não existia.

— "Que vem a ser lei?" — indagava Alcibiades.

— "A expressão da vontade do povo" — responde Péricles.

— "Mas, o que é que determina esse povo, o bem ou o mal?" — replica-lhe o sobrinho.

— "Certo que é o bem, mancebo."

— "Mas, sendo uma oligarquia quem mande, isto é, um diminuto número de homens, serão, ainda assim, respeitáveis as leis?"

— "Sem dúvida."

— "Mas, se a disposição vier de um tirano? Se ocorrer violência ou ilegalidade? Se o poderoso coagir o fraco? Cumprirá, todavia, obedecer?"

Péricles hesita, mas — cada admitindo: — "Creio que sim."

— "Mas então" — insiste Alcibiades — "o tirano que constrange os cidadãos a lhe acatarem os caprichos, não será, esse sim, o inimigo das leis?"

— "Sim; vejo agora que errei em chamar leis as ordens de um tirano, costumado a mandar, sem persuadir."

— "Mas, quando um diminuto número de cidadãos impõe seus arbitrios a multidão, daremos ou não, a isso, o nome de violência?"

— "Parece-me a mim — concede Péricles, cada vez mais vacilante — que, em tal caso, é de violência que se trata, não de leis."

Srs. Senadores, os ensinamentos dos grandes espíritos, as irradiações das grandes inteligências atravessam os séculos, varam as Idades e permanecem sempre atuais.

O projeto-de-lei enviado ao Congresso Nacional, com que se pretende instituir as sublegendas, representa, inequivocamente, um ato de violência, a prática de uma tirania contra toda uma coletividade.

Aparentemente, busca-se acomodar situações divergentes, correntes de opiniões que se digladiam, que não se entrosam, dentro do artificialismo do bipartidarismo imposto à Nação.

A primeira vista, parece que se quer abrir à opinião pública novos processos, novos caminhos para que, através deles, se possam expressar as diversas correntes de opinião.

O Art. 1º do projeto é como que uma encenação de grande concessão. Mas à medida que se lê, que se examina essa proposição, vai-se tendo a nítida compreensão de que se trata de um afunilamento até extinguir, completamente, a única forma, ainda existente, de manifestação de opiniões divergentes, que seria o autoritário e irreversível bipartidarismo.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. tem toda a razão e diz muito bem. O que desejamos, por intermédio dessas medidas de força, dessas leis de exceção, é assim estabelecer a manutenção do Poder pela oligarquia política que está dominando esta Nação. Foi o que disse o Secretário do MDB, Deputado Martins Rodrigues, em entrevista à imprensa, publicada pelos jornais, ontem, se não estou enganado. E a semiditadura temendo o povo, é a semiditadura que quer eleição, mas eleição de carta marcada, eleição cujos resultados podem ser antecipados, é a semiditadura que quer a manutenção do Poder pela força, pela violência e pela brutalidade, como é esse projeto, que representaria, assim, o fim da Oposição. Nesse sentido, ainda há pouco, em caráter informal, sem caráter político, eu conversava com o meu prezado amigo, Senador Alvaro Maia e dizia que estou completamente desencantado com a vida pública. Estamos representando, aqui, um papel de fantoches, coonestando uma situação política irregular, dando assim uma impressão ao mundo de que, neste País, existe um regime representativo, um regime democrático, quando V. Exa. sabe, sobretudo em nosso Estado, companheiros que todos conhecemos, o que querem é que haja um grupo, admitido, que não concorde com o Governo, mas que não possa interferir nas atitudes do Governo, nas ações do Governo, um grupo incapaz de chegar ao Poder, objetivo de todo e qualquer partido político, só para receberem as verbas, o dinheiro, os auxílios, a ajuda dos Estados Unidos sem os protestos dos Senadores liberais, dando ao mundo a aparência de que existe aqui uma democracia, quando o que existe aqui é uma grande farsa, uma grande impostura política.

O SR. EDMUNDO LEVI — Noble Senador Arthur Virgílio, além desses aspectos, do propósito de encenar, de aparentar o que não existe, o projeto investe não apenas contra a Constituição, mas ofende a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Este Projeto, portanto, tem, fundamento o objetivo de tyrannizar.

Temos uma Constituição, mal feita ou não, asseguradora dos direitos fundamentais, os quais os países civilizados se obrigaram a respeitar, em face da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e se estes Direitos constituem o corpo daquela declaração, esses princípios, além de constitucionais, são princípios do direito supranacional.

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens estabelece, em seus artigos 20 e 21 o seguinte:

"Art. 20 — Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma Associação."

O projeto ora em apreciação, ao Congresso Nacional, pretende, embora por caminhos tortuosos, ladeando os seus verdadeiros objetivos, impor a todos os brasileiros que passem a pertencer a uma única instituição, uma só organização de caráter social e político.

O art. 21, acrescenta:

"Todo homem tem o direito de tomar parte no Governo de seu País, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos."

Todo homem tem direito de acesso ao serviço público do seu país. A vontade do povo será a base da autoridade do Governo: esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade do voto."

Vê, portanto, o eminente Senador Arthur Virgílio, e vêem os Srs. Sena-

dores, que o projeto em síntese, pretende impedir que os cidadãos brasileiros, através da canalização da sua opinião, possam indiretamente tomar parte também na administração da coisa pública, no Governo do seu País.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Esses homens, que declararam pretender salvar e aprimorar a democracia brasileira, por irritação estabeleceram este processo de eleição indireta do Presidente da República, por votação a descoberto, no mais espúrio e escandaloso processo de intimidação que já se estabeleceu neste País, desde que ele se transformou em República. O processo eleitoral atual, pouco difere daquele que a revolução de 1930 derrubou. E a corrupção e a influência do poder econômico, é a coação, é a intimidação, são todos os meios espúrios para degradar o voto popular. O que é lamentável é que as gloriosas forças armadas brasileiras estão respaldando essas manobras políticas das oligarquias que dominam o nosso país, há muitos anos, e querem permanecer dominando.

O SR. EDMUNDO LEVI — Eminente colega, prezado companheiro Senador Arthur Virgílio, V. Exa. com seu aparte, com a interferência com que me honra, faz-me apanhar, entre as notas que coligi como roteiro deste pronunciamento, um fragmento que colhi de autor francês, autor de uma obra publicada sobre a revolução francesa. Disse esse ilustre historiador que os homens mais exaltados que defendiam a mudança do regime que se transformou na revolução francesa não discutiam: anatemizavam, excomungavam quem quer que parecesse tão-somente duvidar da excelência da nova ordem. Desde, porém, que passaram a detentores dos negócios e do governo passaram também a achar que os privilégios antes malditos não eram viciosos senão porque não lhes aproveitavam e que deixariam de o ser desde que se tornassem eles, os revolucionários, os seus beneficiários. Puseram-se então — e agora a expressão literal francesa — "sans vergogne", a ressuscitar as práticas antes tão asperamente censuradas.

Realmente, eminente Senador Arthur Virgílio, o que se vê, quando muitos, a todo instante, estão proclamando ao país que se pratica a renovação, a moralização dos costumes políticos, não é outra coisa senão a revivescência daqueles defeitos anteriores a 30 e o aperfeiçoamento daqueles outros ocorrentes até a revolução de 64. Quando em alguns Estados acusam prefeitos de desonestos, quando são ameaçados esses prefeitos de cassação de mandatos...

O Sr. Arthur Virgílio — Acusa-se sem processo, a acusação fica no ar. Se o Governo tem conhecimento de que esses prefeitos estão malbaratando o dinheiro dos municípios, tenha a obrigação moral de fazer a apuração e chamá-los à responsabilidade. Foi apenas uma acusação lançada no ar contra homens de bem. Inclusive, tivemos um discurso do próprio líder do governo, Senador Daniel Krieger, dizendo que não concordava com as acusações feitas a prefeitos do Rio Grande do Sul. Mas o que é estardalhaço é que há uma acusação em documento oficial, enviado a este Congresso, e não se apura a responsabilidade desses prefeitos acusados de malbaratarem verbas dos municípios.

O SR. EDMUNDO LEVI — Quando se acusam prefeitos, quando se ameaça seu mandato de cassação ou a eles de processo; ao mesmo tempo chamam-os e dizem-lhes que esmolem tais acusações contra sua honestidade administrativa mas que, se aderirem ao Governo, ou se apoiarem tal ou qual candidato, nada lhes acontecerá, terão plena cobertura, como também nada lhes acontecerá se renunciarem para que se nomeiem seus substitutos, que poderemos concluir?

Quando vejo essas práticas, quando sei que pretendem impor candidaturas, para certos postos, de nomes que têm um passado insustentável, homens cujas condutas não resistem a uma análise, não posso compreender que alguém fale em regeneração ou moralização de costumes políticos.

O que há é o aperfeiçoamento de todos os vícios que justificaram, da parte de homens bem intencionados, o movimento de 64, o recrutamento daqueles erros que a revolução de 1930 destruiu ou pelo menos tentou eliminar. Daí, porque entendo que o que se busca com esse projeto não é outra coisa senão uma simulação, uma usurpação, uma escamoteação contra os soberanos direitos do povo brasileiro.

Mas o projeto atenta contra o estatuto fundamental.

O Art. 149 da Constituição declara:

"A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — Regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem";

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. é figura proeminente no Movimento Democrático Brasileiro...

O SR. EDMUNDO LEVI — Isondado de V. Exa. Sou um modesto integrante.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Não é só V. Exa., mas também outros companheiros seus. É que a Constituição que o MDB combate, agora defende. V. Exa. tem uma responsabilidade de liderança muito grande. E então se firma na Carta Magna, votada da maneira que V. Exa. sabe como foi, e agora quer preservar a Constituição. Eu perguntaria a V. Exa. se a tese do MDB não vai ao encontro da sublegenda. Porque a sublegenda representa, para mim, uma abertura, um caminho para uma das teses, não poderia dizer do glorioso MDB, porque não há glorioso MDB como não há gloriosa ARENA, porque estamos engatinhando...

O Sr. Arthur Virgílio — Do esmagado MDB.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Poderia dizer também da esmagada ARENA. Estamos na fase do engatinhamento político. Então, o que V. Exa. vai desejar que se restabeleça aqui, eu concluo de maneira diferente da sua argumentação, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Exa. As tendências, tanto do MDB como da ARENA são as mais diversas possíveis. Se V. Exa. está se defendendo — como me parece que o faz — o bipartidarismo, e não poderá deixar de fazê-lo, porque, quem é contra a sublegenda quer fortalecer o bipartidarismo, já eu entendo, não politicamente, mas sociologicamente, que vamos entrar num período de transformação. Essa saída encontrada, essa abertura, para usar a linguagem moderna, irá ensejar o aparecimento de 3 ou 4 partidos. V. Exa. sabe que o MDB tem, no seu conjunto direcional, homens do PTB, da UDN, do Partido Social Democrático, do Partido Social Progressista, enfim, dos treze Partidos que estavam registrados. E sabe, também, que, na ARENA, a mesma coisa se observa. Nós fomos companheiros no antigo e saudoso — e eu poderia, aí, dizer glorioso — Partido Trabalhista Brasileiro. Mas, hoje, só podemos encontrar novas estradas através das sublegendas. Então, o Governo está coerente. Ele quer o bipartidarismo nacionalmente forte, mas quem pratica — como V. Exa. e o eminente Senador Arthur Virgílio — o realismo político; quem faz po-

lida com o pé no chão e a cabeça no lugar, sabe — e não entendo como o MDB pode combater a sublegenda quando, a meu ver, a sublegenda é a janela, o respiradouro que se abre para a própria agremiação oposicionista neste País. Se o pibartidarismo há de se fortalecer no plano nacional, V. Exa. não ignora que os diretórios políticos municipais, distritais, estaduais, tanto do MDB quanto da ARENA foram criados artificialmente. O povo não foi chamado a escolher esses diretórios, que foram nomeados. V. Exa. sabe que, em alguns lugares, o MDB não conseguiu, sequer, formar diretórios: no meu Estado, por exemplo, e em vários municípios. E a ARENA também não conseguiu em alguns lugares. Quando as lideranças locais que com a sublegenda as lideranças poderão firmar-se — não as velhas lideranças — o que não será possível sem a instituição da sublegenda. Meu eminente e queridíssimo amigo — faço questão de colocar o superlativo, porque V. Exa. sabe que eu o estimo, o admiro...

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Exa. é um grande coração.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não é ter grande coração. V. Exa. aqui se impõe pela sua atuação, pela sua capacidade de trabalho...

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito obrigado.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... pela anti-demagogia. Eu me abalanço daí esse aparte — e peço desculpas por estar sendo ele um pouco longo porque não atino com o motivo de o movimento Democrático Brasileiro, contra a sublegenda, ele que, paradoxalmente, vai ser o maior beneficiário da sublegenda. V. Exa. tem uma idéia respeitável — e aqui vai o dito uma coisa para quando se fizer a história política — mas, s'ouço, votou a sublegenda no Senado — e tenho, assim, uma espécie de gravador na minha memória — porque V. Exa. não deixou. Quando tínhamos um requerimento de urgência e que seria tranquila e pacificamente apoiada a sublegenda consubstanciada no projeto de autoria do Vice-líder da Maioria nesta Casa, V. Exa. criou um caso: V. Exa. pediu verificação da votação e, em respeito ao seu passado, ao seu brilho intelectual e sua honestidade, à sua formação de jurista, V. Exa. obteve vitória; adiou, então, aquilo que seria iniciativa de uma das Casas do Congresso. Foi protocolada a iniciativa, mas, posteriormente, o próprio Governo encampou-a porque, eu quero crer, com a sublegenda o Governo abre janelas e chama redemocratização. A sublegenda para mim, e o caminho mais adequado, o asfaltadíssimo, com sinalização sem perigo de abaloamento, de derrapagem, porque não é apenas a ARENA que será beneficiada, nem o MDB, mas a calisse política, cheia de contradições. Como dizia, lá pouco, V. Exa., os Diretórios foram criados artificialmente. V. Exa. sabe que acompanhando os conflitos, tanto do MDB como os da ARENA, e sabe que há os resíduos de partido. Amanhã, se o presidente do Diretório do MDB no Amazonas, não desejar que V. Exa. se jure Senador, por fã ou por nefas, e V. Exa. não tiver o recurso da sublegenda, poderá não dar o grato prazer de voltar ao Senado ou de vir a ser Governador do seu Estado. V. Exa. há de me permitir falar com a sinceridade que me caracteriza, porque este é um debate, polêmico, do ponto de vista jurídico, mas acredito que o MDB neste caso, está agindo passionadamente. Chamo que a sublegenda não serve, deliberou que não serve, e que muitos emedebistas podem servir-se da sublegenda. Decidiu fechar a questão, e a deliberação foi definitivamente tomada. Mas, devo de clarar a V. Exa. que o caminho para que, no Brasil, haja três ou quatro

partidos, é justamente o da sublegenda.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite, nobre Senador Edmundo Levi, que eu interira, para responder aos dois a partes, concomitantemente, uma vez que o assunto é o mesmo. Acho, meu prezado amigo e companheiro, Senador Vasconcelos Torres, que a sublegenda não é uma janela. É um alcapão, é uma armadilha contra a Oposição apenas. Nós, da Oposição, equilibramo-nos numa linha estreitíssima. Não temos dificuldade alguma para escolher candidato no Amazonas, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em qualquer lugar. V. Exa. não! Tem problemas. Por exemplo, o Estado do Rio. Estou de pleno acordo com o nobre colega. Esse Estado tem um Governador medíocre, sem personalidade, que ainda não assumiu o comando do Estado do Rio. Não poderia afiliar com V. Exa. Então, a sublegenda irá beneficiar o seu partido, porque V. Exa. é quem vai escolher, contra o Governador, um caminho que esse Governador não desceria que o nobre Senador palmilhasse. Outro exemplo do Estado do Rio: o nobre Senador, o eminente Tenente Paulo Torres não poderia nunca se afiliar com o ex-líder do Governo passado, um dos representantes federais do Estado do Rio. Estou plenamente de acordo. Todos os conceitos do nobre Senador Paulo Torres, expressos pela imprensa e em discursos, eu os subscrevo completamente. Estes são casos regionais que afetam a ARENA e denunciam a falsidade que é o pibartidarismo inautêntico e falso da ARENA e MDB, e que o Governo não quer que se mude. Se o Governo permitisse a existência de partidos que representassem as tendências normais do povo brasileiro, não estaria V. Exa. na ARENA. Talvez estivesse, como da outra vez, na nossa mesma agremiação política, e não estaria V. Exa. tolerando o Governador Jeremias Fontes. E exato, ou não? Teria escolhido outro caminho. Mas, acontece que o Governo não permite a implantação de Partidos autênticos que representem as correntes de opinião do povo brasileiro. Daí esta balbúrdia esta legislação eleitoral caótica, e sobretudo essa verdadeira pressão que faz a extinção, determinando quase a sua extinção. Portanto, posso dizer que filho de um Juiz pobre, tenho chegado à grandeza da representação do meu Estado no Senado Federal...

O Sr. Vasconcelos Torres — E com grandeza o exerce...

O Sr. Arthur Virgílio — ... posso recomendar de agora em diante; não sentirei quase nada. Habituei-me a ser humilde e a ser pobre. Defende, na tese do meu Partido, se este mutirão, se este processo de sublegendas passar. É preferível se estabeleça logo o Partido único; acabem com a farsa. Liquide-se com esta impostura; que se mantenha apenas a ARENA, que também não é Partido de coisa nenhuma! Que cada um vá cuidar da sua vida e ver quais os caminhos que deverá seguir para o futuro.

O SR. EDMUNDO LEVI — O nobre Senador Arthur Virgílio respondeu, em parte, o pronunciamento do eminente Senador Vasconcelos Torres, que se valeu de um sofisma que faz jus à sua inteligência. Tem a responder, por parte, as suas palavras. Mesmo que me tivesse oposto a que seja contrário, em tese, a Constituição vigente, prezo-me de ser um homem educado, um homem de mentalidade jurídica, pontual e, portanto, obediente às leis do meu País. Não é pelo fato de me opor a Constituição que vou desconhecer e deixar de curvar-me aos seus mandamentos que de qualquer maneira, a Carta Magna de meu País. Isso não impede, entretanto, que, sendo oportuno, lute contra ela.

Quanto à janela que S. Exa. vê no processo das sublegendas, creio que S. Exa. não prestou atenção ao início do meu discurso. Disse eu que, aparentemente, este projeto é uma abertura que pretende acomodar as diversas correntes de opinião que estão jogadas dentro dos sacos-de-gatos, que não o MDB e a ARENA. Mas, em verdade, a medida que se lê o projeto, que se estuda, chega-se à conclusão de que o objetivo é muito outro.

Se ao invés de abrir, de ampliar, o que se pretende é fechar, e estrangular, e reduzir tudo a um só dominador.

Basta que se veja o que dispõem os artigos 11, 14 § 2º, 15, 17 e 18.

De início diz o Projeto:

Art. 1º Os Partidos Políticos poderão instituir, na forma preta nesta lei, até três sublegendas nas eleições proporcionais e nas majoritárias, salvo nas referentes a Presidente e Vice-Presidente da República.

No art. 11 acrescenta:

As sublegendas serão asseguradas os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos Políticos, no que se refere ao processo eleitoral, especialmente quanto a propaganda política através do rádio e da televisão, fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral.

O Art. 11, portanto, é aquele em que se escuda — parece — o eminente Senador Vasconcelos Torres, a ver, na proposição, a abertura de janelas para que o ario estreito da política nacional seja renovado por novos ares da vontade popular. Mas a medida que se lê o projeto, entreve-se no Art. 14, § 2º, o seu verdadeiro objetivo que é, liquidar totalmente, essa tênue válvula da opinião pública que seria a oposição.

O Art. 14, § 2º, do projeto diz o seguinte:

"Nas eleições para renovação de dois terços (2/3) do Senado Federal, se o Partido vencedor houver instituído sublegendas, considerar-se-ão eleitos os dois mais votados dentre os candidatos."

Ja aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o chamado "mutirão" aguda totalmente a manifestação da corrente que, corajosamente não esteja enquadada no partido oficial.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa.?

(Assentimento do orador.)
Al estarmos de acordo. V. Exa. errou me a linguagem que, se não parlamentar, e pelo menos, popular e define o meu pensamento assim: outros quinhentos. Nessa parte, V. Exa. terá minha compreensão, a minha simpatia e o meu apoio, porque não é isto que o povo queria escolher dois Senadores que sejam os mais votados na preferência popular para depois o Partido que apresenta seis candidatos a senador e seis suplentes, a pesar de obter cada um votação infinita, venha a ocupar o lugar de representante do Estado na Câmara Alta o mais votado dos seis. Acho isso estranho, inoportuno e V. Exa., nesta parte tem-me inteiramente ao seu lado. Agora, na tese da sublegenda, com o respeito e admiração que V. Exa. me merece, eu discordo. Mas, na parte do chamado "mutirão" formo ao lado de V. Exa. e, inclusive, correntes ponderáveis do meu partido, a ARENA, não acatam, aprioristicamente, este sistema. O mutirão é muito bom na roça, mas em política é péssimo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Folgo em ouvir que já o nobre Senador Vasconcelos Torres começa a pôr-se de acordo comigo e ficaria inteiramente de acordo comigo se examinar não só o "mutirão" como outras medidas que estão embruçadas no projeto.

O Sr. Vasconcelos Torres — Sômente aí. Acho que a sublegenda é oportuna para aquilo que se convencionou chamar de redemocratização, e o caminho para que as forças político-partidárias se façam presentes através da livre escolha do povo. Foi um ato lez do Sr. Presidente da República. Agora quanto ao "mutirão" V. Exa. sabe que tenho reservas e, nesse ponto, V. Exa. está inteiramente interpretando meu pensamento.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Essa chamada redemocratização do País já dura 4 anos e o que nós vemos é a situação de inquietação, de perplexidade, não sabendo hoje o que poderá acontecer amanhã. É uma semiditadura que não teve coragem de se afirmar como ditadura e vem se manifestando assim, tentando impor a vontade por meio de leis dessa espécie, como esse "mutirão" a que V. Exa. se refere. É uma ignomínia eleitoral, uma ignomínia política de honras que apenas querem, repito, manter no poder a oligarquia que está dominando o País.

O SR. EDMUNDO LEVI — Teria oportunidade de demonstrar, com exemplos que formulei, a monstruosidade que é o "mutirão."

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — Eu desejaria interir no discurso de V. Exa. exatamente nessa parte em que examina o artigo do projeto que estabelece a soma de votos entre candidatos que disputem a sublegenda. A meu ver, nessa parte, o projeto está eleito um contra-senso em relação ao próprio fundamento das sublegendas. Se compreendi bem, o fundamento primordial, talvez único, da sublegenda, ou sistema político vigente o País, é exatamente o de evitar o esmagamento das correntes minoritárias dentro de cada agremiação partidária. Sob esse aspecto, entendo eu que a sublegenda tem um sentido democrático, porque permite a várias correntes exercerem atos políticos e eleitorais. No entanto, se é este o fundamento da sublegenda — e ela não pode vigorar se não sob esse fundamento — o artigo que V. Exa. comenta estabelece exatamente o contrário: o esmagamento das correntes minoritárias pelo voto das correntes majoritárias dentro do próprio partido. Então, chegamos a uma conclusão: ou se estabelece a sublegenda com liberdade para assegurar, realmente, o livre trânsito das correntes minoritárias dentro de cada partido, ou o pibartidarismo, ou não haverá sublegenda e as minorias serão esmagadas pelas majorias partidárias. O artigo que V. Exa. comenta contrapõe-se essencialmente ao único fundamento que justifica a instituição da sublegenda.

O SR. EDMUNDO LEVI — O nobre Senador Wilson Gonçalves focalizou, com precisão, o assunto.

Disse eu, de início, que o Projeto parece, a princípio, atendendo à realidade, permitir o acomodamento das diversas correntes de opinião pública nacional. Mas, pouco a pouco essa abertura vai-se afunilando, até o estrangulamento total, em que se esmagam totalmente, em que se aniquilam as diversas correntes da opinião sobretudo da Oposição. Formulei várias hipóteses de uma eleição com diversos eleitores, com vários colégios eleitorais.

Em uma delas, num Estado de um milhão de eleitores, o que pode ocorrer com esse "mutirão"? Ao invés de expressar diversas correntes de opinião ao invés de representar a opinião ma-

foritária, passa a representar uma imposição da vontade de um pequeno grupo. Veja V. Exa. o que ocorre numa votação em que comparecem um milhão de eleitores. No partido X, a sublegenda 1 obtém 223.000 votos; no partido Y, essa mesma sublegenda nº 1 obtém 178.500 votos. Já há maioria absoluta. Em todas as outras sublegendas, o partido Y é majoritário; no partido Y, o menos votado das suas sublegendas obteve 78.500 votos e o mais votado obteve 100.000 votos. Daí por diante, todas as votações no partido Y, no total de 499.000 sufrágios, são superiores às do partido X, onde se aglomeram 501 mil votos.

Pois bem! No Partido vencedor há apenas um candidato majoritário, enquanto na agremiação tida como derrotada seis são os candidatos majoritários relativamente aos outros cinco do Partido que absorvera, que ultrapará a segunda vaga, transformando de majoritário em proporcional o pleito disputado.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não!

O Sr. Nogueira da Gama — O exemplo que V. Exa. acaba de denunciar comprovam, seguramente, a sua brilhante argumentação sobre o absurdo e, mais ainda, a moralidade da soma de votos. V. Exa. acaba de obter o apoio valioso de dois brilhantes Senadores da ARENA, neste momento — o nobre Senador Vasconcelos Torres e o nobre Senador Wilson Gonçalves. Nós esperamos, estamos mesmo certos de que outras figuras da ARENA virão também ao ponto-de-vista que V. Exa. defende, porque o Senado não poderá concordar, evidentemente, com o que esse projeto pretende realizar em nosso País. A votação para senadores, pela Constituição, é feita pelo sistema majoritário, isto é, vencem aqueles que têm maior número de votos, os quais são dados diretamente e, de modo universal por todo eleitorado da circunscrição. Vê V. Exa. que, se a soma de votos viesse a prevalecer, esta lei ordinária estaria estabelecendo uma forma indireta de votar; o eleitor votaria em candidato determinado, e o seu voto nesse candidato iria ser computado em favor do outro, ao escolhido por ele. Em consequência a eleição de senador, que é feita pelo sistema de votação direta, passaria a ser feita pelo sistema de votação indireta. Isso significa, sem dúvida que o dispositivo é flagrantemente inconstitucional. São muitas as vezes que já se levantaram no Senado e fora dele, na Câmara e fora da Câmara, numa demonstração inequívoca da inconstitucionalidade dessa soma de votos. Nós precisamos insistir neste ponto, como vem fazendo V. Exa., porque isso seria um marco indelével contra a Democracia no Brasil. Seria um princípio de abuso, de fraude, de usurpação da liberdade do cidadão na escolha dos seus verdadeiros candidatos. E o mais lamentável, em tudo isso, Sr. Senador, além do absurdo e da inconstitucionalidade que se reietem no dispositivo, é que denominam a isso de "mutirão". Mutirão é uma expressão de sentido nobre, que designa um trabalho em conjunto, feito para o bem de todos, num sentido útil, no começo de uma colheita ou no fim de uma safra, no interior do País. E até mesmo na idade, como está ocorrendo aqui em Brasília, em que os operários se juntam para construir as casas dos trabalhadores. Mas o que se pretende não é mutirão; é roubo, é esbulho, é usurpação dos votos do eleitor, em benefício de um candidato, que não foi o eleito. É preciso que se arranje um outro nome, que se chame de "mutirão", porque "tirão" dá idéia de tira de polícia. Então, são muitos tirões a tirar o voto dos eleitores, mas não

se chame isto de "mutirão". É uma ignomínia, isso sim.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. o nobre Senador Edmundo Levi, que eu o aparteie por um instante. Proponho que, em vez de "mutirão", se chame de "mentirão". Fica mais adequado. Risos) E outra coisa, vejamos, V. Exas. a consequência: estamos adotando esse sistema para o Senado, mas a sublegenda é válida também para os Governadores. E por que, então, "mentirão" não se aplica aos vereadores? Porque podia um candidato a Governador "X" ter a maior votação, mas a soma dos votos dos candidatos "Y" e "Z" podia fazer com que o mais votado fosse derrotado por esse sistema. Então são dois pesos e duas medidas. O fato é o seguinte: examinando com irrisão como o fez o nobre Senador Wilson Gonçalves; examinando a matéria assim como que na base do cirurgião, veremos que o art. 14 do projeto é como um quisto que há de ser extirpado com o bisturi da vigilância do Congresso, porque esse anacronismo, essa incongruência não pode persistir de maneira nenhuma. Se houvesse unidade, teria que ser aplicada também aos Governadores e, no entanto, V. Exa. sabe que não é. O já falecido "mutirão" teve o enterro merecido, como aborreu o nobre Senador Nogueira da Gama e como fez, brilhantemente, o nobre Senador Wilson Gonçalves. Houve, também, a interferência do nobre Senador Eurico Rezende. V. Exa. há de ver o seguinte: o Presidente quando manda um projeto dessa natureza, eminentemente político, ao Congresso Nacional, recebe sugestões para, de pois então, sancionar a matéria. Queiro crer, e acredito na inteligência e na sensibilidade política do Presidente da República, que esses argumentos expendidos aqui agora por V. Exa. e por outros Srs. Senadores, serão rápidos, e essa excelência será aboída definitivamente. Agora, quanto à sublegenda, V. Exa. há de convir comigo — insisto mais uma vez — ela serve tanto à ARENA quanto ao MDB. Quero crer que se o MDB não agisse apaixonadamente veria que a sublegenda lhe é muito mais favorável do que a nos, que pertencemos à Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. Pereira Diniz — Nobre Senador Edmundo Levi, estou ouvindo com muito agrado os comentários, cheios de acuidade...

O SR. EDMUNDO LEVI — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Pereira Diniz — ... que o nobre colega traça a propósito da proposta objeto de nossa consideração. O que mais me preocupa nela, nobre Senador, é, sobretudo, o aspecto constitucional. É manifestamente conflitante com a Constituição, na parte em que estabelece que as eleições para o Senado são majoritárias. Dentro do critério estabelecido pelo art. 14 § 2º do projeto, o que há, evidentemente é uma eleição proporcional, estabelecendo uma espécie de quociente partidário. Mas minha impressão, como homem que acompanha a vida jurídica do País, é que esse mostengo, se for aprovado no Congresso Nacional, não resistirá à censura do Poder Judiciário. Esta minha impressão, certo mesmo que da parte de nossos adversários, os esclarecidos e que tem sensibilidade jurídica, o projeto não terá apoio.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, eminente Senador Pereira Diniz.

Situa V. Exa. muito bem o problema. Trata-se de projeto eminentemente inconstitucional, porque, desde que nosso sistema eleitoral se baseia no multipartidarismo, tudo que vise a extinguir esse multipartidarismo afronta, de modo incontornável, o preceito constitucional que o assegura. Daí, porque, de início, disse que além de atentar nos seus aspectos gerais contra direitos supracitados, ela

atinge e fere fundamentalmente, violentamente preceitos inscritos na Constituição vigente. Mas não é apenas o aspecto do mutirão ou mentirão, como diz o eminente Senador Vasconcelos Torres. Esse mutirão ou mentirão, tem objetivo oculto mas real; extinguir de uma vez a oposição. Quando fomos na revista "The Economist" de outubro de 1967, que no México o próprio Presidente López Mateos, sentindo a necessidade de desdobramento das correntes de opiniões, e o imperativo da exigência de uma oposição vigilante, propôs a reforma da Constituição, para possibilitar a existência de uma Oposição fiscalizadora dos atos governamentais; quando sabemos disso e compreendemos o que significa para a evolução de um País, encenemos de tristeza por vermos que certos homens, ao invés de buscarem o caminho largo da verdadeira Democracia, como fundamento dos poderes que exercem, pretendem, pelo artifício de uma falsa lei, de um processo tirânico, impor que a Nação pensante se acomode dentro de um único veículo de transmissão de idéias e opiniões.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — O MDB através da brilhante locução de V. Exa., deve estar colhendo elementos expressivos a respeito do ponto de vista de cada um de nós quanto ao projeto que comenta. Pelo que tenho sentido, há divergências de parlamentares em relação a mais de um de seus pontos capitais; daí porque não compungendo o alcance da decisão do partido de V. Exa. — e comento com o devido respeito — de evitar a sua participação na discussão e votação da matéria, o que, sem dúvida nenhuma, forneceria elementos valiosos para que se fizesse as modificações necessárias, no sentido de que ele realmente correspondesse aos anseios reais. Do ponto de vista político compreendo a atitude do MDB. Mas V. Exa. já agora há de reconhecer que isso parece um erro tático, porque, na verdade, dificulta o êxito do trabalho de aperfeiçoamento da proposição. Tenho a impressão de que o assunto é de mais alta gravidade e, ainda agora, é tempo para que os destacados e ilustres elementos do MDB reconsiderem essa posição e venham realmente dar a sua contribuição, a fim de que saia do Congresso uma lei que corresponda, pelo menos a média da opinião dos parlamentares.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Wilson Gonçalves, não tenho autoridade para dizer, justificar ou explicar a atitude de meu partido. Mas penso que não errarei se manifestar a minha opinião de que, em face de uma atitude sub-reptícia de um procedimento manhoso, de uma orientação, vamos usar um termo que creio muito do agrado de V. Exa. cavilosa, de um procedimento que na verdade não diz o que quer para o público, mas sabe o que quer, em vez de uma atitude simulada, o meu Partido pretendeu, ou procurou, agir frontalmente, sinceramente, contra o projeto que se pretende impor a opinião pública nacional.

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Edmundo Levi, permita V. Exa. Achei bem razoável a ponderação do nobre Senador Wilson Gonçalves, sobretudo depois de ouvir sua opinião. Eu era também favorável à abstenção total do MDB na tramitação desse projeto, porque somos uma minoria insignificante — 19 Senadores em 66 e 129 Deputados federais em 409. Então, nosso protesto mais eloquente, de fato seria não participar, deixar apenas ao partido do Governo a responsabilidade de aprovar essa lei. Mas, ouvindo as opiniões agora expostas pelos Senadores Wilson Gonçalves, Vasconcelos

Tôres, como as de outros parlamentares que já se têm manifestado, como o Senador Eurico Rezende e outros, acho, que o MDB deveria rever a sua decisão inicial e participar do debate, concorrendo, inclusive em apoio a esses colegas adversários políticos, para que se modifique esse projeto e daí saia uma lei que favoreça, e viva a democracia brasileira.

O Sr. Wilson Gonçalves — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Manoel Villaga — Permite V. Exa., Senador Edmundo Levi? A própria exposição que V. Exa. faz com muita segurança, vem reforçar a tese do Senador Wilson Gonçalves, agora endossada pelo Senador Arthur Virgílio. Se não todos esses estudos que V. Exa. está fazendo, com a seriedade e a acuidade costumeiras nos seus trabalhos, serão perdidos. Nós da ARENA nos sentimos profundamente honrados com o diálogo com o MDB. E mesmo durante esta legislatura houve um exemplo de como essa colaboração rendeu para a democracia. V. Exa., se recorda de que o projeto de Constituição que chegou ao Congresso Nacional era profundamente diferente da que aí está. Pode V. Exa. dizer, e posso até concordar com V. Exa., e outros colegas poderão dizer, que a Constituição não é plenamente democrática. Perfeito. Mas, se V. Exa. estabelecer um confronto entre o projeto que para aqui veio e a atual Constituição, verificará que a melhoria no projeto que se transformou em Constituição foi considerável. Em outros casos, em projetos comuns, essa colaboração entre o MDB e a ARENA tem sido útil à Nação e à Democracia. Por isso, junto o meu apelo ao Senador Wilson Gonçalves, no sentido de que vezes ponderadas, moderadas como a de V. Exa., e de vários companheiros nossos, daqui e da Câmara dos Deputados, possam reformular o pensamento e a posição do MDB para que, em conjunto, elaborem uma lei mais em acordo com o sentimento democrático do povo brasileiro.

O SR. EDMUNDO LEVI — O argumento de V. Exa., eminente Senador Manoel Villaga, reforça, completa os apêndices dos ilustres colegas Senadores Wilson Gonçalves e Arthur Virgílio. Também eu participo da idéia de que, desde que se veja a possibilidade de excluirmos esses tentáculos não só contra a Constituição, mas contra os próprios direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, eu também entendo que poderíamos chegar a uma composição de tal porte que, em vez de adotarmos o pior, possamos como ocorreu quando se elaborou a Constituição vigente, encontrar um meio, uma fórmula que acomode os diversos interesses das correntes de opinião nacional.

O Sr. Wilson Gonçalves — V. Exa. me permite?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com todo prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — V. Exa. agora cita exemplo que me parece eloquente para o ponto de vista que manifestei no aparte. A participação do MDB na elaboração da Constituição vigente propiciou a aprovação de várias medidas que atenuaram os exageros daquela Constituição, inclusive na parte que diz respeito aos direitos e garantias individuais, onde houve um trabalho das lideranças do MDB com as lideranças da ARENA do Governo, resultando disso estabelecer na Constituição a garantia desses direitos que, no projeto, eram apenas enunciados. Entendo que a participação de V. Exas. dará oportunidade a que, até mesmo por entendimento das lideranças, possa melhorar-se o projeto de maneira que ele atenda a uma finalidade democrática.

O SR. EDMUNDO LEVI — As ponderações de V. Exa., como, ainda, as dos Eminentes Senadores Manoel Villaga e Arthur Virgílio, refletem o

espírito de equilíbrio que sempre tem dominado a conduta desta Casa.

O que nós combatemos, eminente Senador Wilson Gonçalves, é essa tentativa de, distorcendo, se anularem os últimos vestígios da nossa tão discutida democracia. Não pode haver democracia sem minoria, e extinguir-se a minoria, como pretende o projeto, é estabelecer o totalitarismo.

Ensina o eminente Hans Kelsen, no seu livro "Essência e Valor da Democracia", que

"A democracia necessita de continua tensão entre maioria e minoria, entre Governo e oposição, de que resulta o procedimento dialético, a que recorre essa forma estatal na elaboração da vontade política. Já se disse, acertadamente, que democracia é discussão. Por isso, o resultado do processo formativo da vontade política é sempre a transação, o compromisso. A democracia prefere este procedimento a imposição violenta de sua vontade ao adversário, já que, desse modo se garante a paz interna".

Outra oportunidade, diz Hans Kelsen, em "Essência e Valor da Democracia".

"Por seu próprio conceito, a maioria supõe a existência de uma minoria e, por conseguinte, o direito da primeira também implica o direito de existência da segunda, resultando disso, ainda que não a necessidade, mas pelo menos a possibilidade de uma proteção para a minoria frente à maioria" (Pág. 81).

finalmente:

"A autocracia não pode tolerar a oposição; não existe sequer transigência na discussão, só a posição".

Ora, o que se pretende com o projeto é impor tiranicamente — embora sob o aspecto de uma lei — a vontade de um grupo. Esta imposição se realiza se espalha e se desmascara totalmente no art. 18. Diz o dispositivo:

Art. 18. Será nulo qualquer acordo ou entendimento, de fato ou de direito, entre candidatos e partidos diferentes, para fins eleitorais.

Vêem V. Exas. que a Constituição em vigor proíbe coligações partidárias, não proíbe acordos, não proíbe coalizões. O que proíbe são coligações. O projeto, entretanto, investe do centro a Constituição, pretendo fazer nova imposição, nova vedação, nova proibição além daquela já estabelecida pela Constituição.

Sabemos que ninguém pode interpretar extensivamente as proibições estabelecidas em lei, principalmente

quando se trata de vedação constitucional. Todas as restrições estabelecidas na Constituição são de caráter exaustivo, e nunca exemplificativo.

Ora, a Constituição, proibindo coligações, proíbe o que? Que dois ou mais partidos se liguem, se unam, se fundam. Mas não proíbe coalizões. Coalizão é coisa diferente de coligação, coalizão é união, é alicenciamento em comum, mas nunca uma fusão; coligação, sim, é fusão, é comprometimento íntimo.

Pontes de Miranda, comentando esse dispositivo, nos ensina o seguinte: (Lendo)

"O que se proíbe no Art. 14º VII, são as coligações e não as coalizões".

E continua: (Lendo)

"Quando um, dois ou mais partidos se consorciam, se fazem filiais ou agências de outro, a penas se ligam, com repercussão interna, há coligação. Diferente é o que se passa com as coalizões. Coalescer é crescer com outros. Quando um partido político combina com outro a votação de determinado deputado, ou senador, para a Presidência da Câmara dos Deputados, ou para a Presidência do Senado Federal, coalesce. A coalescência (velha palavra da língua portuguesa) não une os partidos políticos. De lado de fora, dão-se as mãos e, mesmo juntos, crescem juntos de prestígio. Os partidos políticos coalescentes não se coligam. Os partidos políticos que se poem em coligações infringem o Art. 14º VIII, da Constituição de 1967: não assim os que coalescem, os que coalizam".

Quer dizer, o projeto de lei investe, ainda aí, contra a Constituição, proibindo que dois candidatos ficiem em comum, sem atritos, sem luta, o mesmo com o mesmo objetivo de eleição. E mais do que isso, matreiramente subrepticamente, traíçoeiramente cria, por impedimento a vinculação de votos tão desejada e defendida pelos servandijos e refugos da política.

Restimindo minhas considerações, não querendo admitir para o caso a que pensamento coligado no nisto riado francês, terminarei meus pensamentos, voltando ao exercício quando nos transmite a palavra os Senhores Crates:

"A pior espécie de ignorância é cuidar uma pessoa saber o que não sabe... Tal, meu caro Alcebíades, o teu caso. Entraste na política, antes de a teres estudado. E não és tu só o que se vê nessa condição: é esta mesma da maior parte dos que se metem nos negócios da República.

Creio que aí, em tais palavras está retratada a situação do comando atual da política brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA DECIMA REUNIAO REALIZADA AOS 19 DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE 1968

(EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Nogueira da Gama, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Manoel Villaga, indicados, nos termos do art. 77 do Regimento Interno, em substituição dos Senhores Senadores Clodomir Millet e Duarte Filho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido, para turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1968 (nº 955-C, de 1968, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966;

b) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1968 (nº 850-B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências;

c) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1968 (nº 960-B-63, na Casa de origem), que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências;

d) redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1968, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a firmar convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento;

e) redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1968 (nº 987-B-68, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que dispõe sobre pericia para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 14ª REUNIAO REALIZADA AOS 23 DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE 1968.

(EXTRAORDINARIA)

As dezesseis horas do dia vinte e

três do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Nogueira da Gama, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Mem de Sá.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1968 (nº 969-B-68, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária

Federal S.A., e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 12ª REUNIAO, REALIZADA AOS 24 DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE 1968.

(EXTRAORDINARIA)

A quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Nogueira da Gama presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Mem de Sá.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido, para turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1968 (nº 962-B-68, na Casa de origem), que altera o art. 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca, e dá outras providências;

b) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1967, que dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios, e dá outras providências;

c) redação do vencido, para segundo turno, do Substituto ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, que dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 13ª REUNIAO REALIZADA AOS 24 DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE 1968.

(EXTRAORDINARIA)

As quinze horas do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Manoel Villaga, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 14ª REUNIAO REALIZADA AOS 25 DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE 1968.

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de abril

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA QUINTA REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1968.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Mello Braga — Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores Atílio Fontana, Arthur Virgílio, José Leite, Milton Trindade e Josephat Marinho, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Legislação Social.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Patrônio Portela — Presidente.

Verificado o "quorum" regimental o Sr. Presidente em exercício abre os

trabalhos e o Secretário lê a ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 27, de 1968, que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 9º do art. 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências", o Sr. Senador Arthur Virgílio oferece parecer favorável, com emenda. O parecer do Sr. Relator é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Cláudio Jacoby, C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Manoel Villaga, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, Lóbão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Alvaro Maia apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 1968, que autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar contrato aditivo de financiamento para a execução das tarefas relacionadas com a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e do Pré-Projeto de Engenharia do Metrô daquela Capital, bem como a realizar um novo contrato para execução dos projetos construtivos da Linha Norte-Sul do referido Metrô.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1968.

As dezessete horas do dia vinte e cinco do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Lóbão da Silveira, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Manoel Villaga apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 (nº 973-B de 1968, na Casa de origem), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1968.

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Lóbão da Silveira, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Manoel Villaga.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta as seguintes redações:

a) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1963 (nº 1 042-B-68, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de

atos delictivos como infrações penais e dá outras providências;

b) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B-68, na Casa de origem), que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 1968

As nove horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Torres, Presidente, presentes os Senhores Senadores Oscar Passos, Vice-Presidente, Lóbão da Silveira, Argemiro de Figueiredo, Manoel Villaga e José Cândido Ferraz, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guionard, Ney Braga e Mário Martins.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Oscar Passos, que passa a apreciar, como Relator, o Requerimento nº 1.126, de 1967, em que o Senhor Senador Aurélio Vianna solicita a transcrição, nos n.ºs do Senado Federal, do Editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na edição de 5 de novembro de 1967, concluindo pela aprovação.

Após declarar a matéria em discussão, não havendo quem deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara em regime de votação o Parecer do Senhor Senador Oscar Passos, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Passando ao item 2 da pauta de Reunião, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Cândido Ferraz que, como Relator do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, que dá ao edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos", apresenta parecer em que declara a matéria fora da área de competência específica deste Órgão técnico.

Em discussão e votação, é aprovado o parecer por unanimidade.

Finalmente, o Senhor Senador José Cândido Ferraz diz da satisfação de estar-se integrando efetivamente na Comissão de Segurança Nacional.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião; e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1968

5ª EXTRAORDINÁRIA

As 16,00 horas do dia 25 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, José Ermírio, Antônio Carlos e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Paulo Saracate, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Júlio Leite e Arthur Virgílio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes Programas do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970:

Pelo Sr. Carlos Lindenberg:

Favorável ao de Programação a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Comissão aprova o parecer.

Pelo Sr. José Ermírio

Favorável ao Programa Indústria e às emendas de números 1, 2 e 3; e

Favorável ao Programa Energia e às emendas números 1 — 2 — 4 — 10 — 18 (com subemendas), 22 — 24 — 29 — 35 — 36 (com subemenda) e 37 e pela rejeição das emendas de números 3 — 8 — 11 — 12 — 14 — 15 — 16 — 17 — 20 — 21 — 23 — 28 — 30 — 31 — 32 — 33 — 34 e 38 e para posterior deliberação das emendas número 5 — 6 — 7 — 9 — 13 — 26.

A Comissão aprova os pareceres, tendo o Sr. Antônio Carlos se declarado vencido quanto a rejeição das emendas números 30 e 31, de sua autoria, ao Programa Energia.

Pelo Sr. João Cleofas

Favorável ao Programa Comércio e a emenda supressiva do Sr. Manoel Villaga.

A Comissão aprova o parecer

Pelo Sr. Carvalho Pinto

Favorável ao Programa Agropecuário e às emendas de números 2 — 7 — 8 — 11 — 12 — 13 — 14 — 19 e 20 e pela rejeição das emendas de números 3 — 4 — 6 — 9 — 10 e 16. Apresentou, ainda, subemendas de números 21, 22 e 23, respectivamente as emendas números 1, 5 e 18 e para posterior deliberação da emenda número 17.

Com voto vencido do Sr. Carvalho quanto a aprovação da Subemenda nº 23 à emenda 18, a Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1968

6ª EXTRAORDINÁRIA

As 16 horas do dia 26 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Antônio Carlos, Mello Braga, Oscar Passos e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer com causa justificada, os Srs. Paulo Saracate, João Cleofas, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Júlio Leite, Arthur Virgílio e José Ermírio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Pessoa de Queiroz que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970 na parte referente à Política Exterior.

A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer.

Em seguida, o Sr. Oscar Passos lê parecer contrário às emendas favoráveis ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970 na parte referente ao Programa Defesa e Segurança.

O parecer é aprovado pela Comissão.

O Sr. Presidente convoca nova reunião para o dia 29 do corrente, às 16:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1968

As 15 horas do dia 30 de abril de 1968, sob a Presidência do Senhor Senador Aloysio de Castro, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Menezes Pimentel, Argemiro Figueiredo e Alvaro Maia, reúne-se, na Sala das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Milton Campos, Josephat Marinho, Petrólio Portela e Eurico Rezende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Sr. Senador Wilson Gonçalves lê seu parecer sobre a consulta formulada pela Mesa do Senado Federal pedindo o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, face ao artigo 54 da Constituição Federal, sobre o prazo que o Senado dispõe para se pronunciar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7.68 — Que altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal do Distrito Federal, concluindo que frente ao artigo 54 da Constituição e dentro do espírito que a informa, o Senado Federal tem o prazo de 15 dias para discutir e votar as matérias referentes ao Distrito Federal, ate que haja uma ação conjugada entre o Senado e o Poder Executivo visando à fixação de um critério uniforme e permanente, de modo a retirar o problema da esfera da simples interpretação e dar-lhe um ordenamento seguro para as hipoteses futuras. O parecer é aprovado, depois de usarem da palavra os Senadores Argemiro Figueiredo, Antônio Carlos e Edmundo Levi, absentando-se de votar este último.

A seguir, o Senador Bezerra Neto lê os seguintes projetos: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 19-68 — Submete a previa aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica; pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 11.67 — Declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes; por diligência pedindo a junção da legislação vigente sobre a matéria o Projeto de Lei do Senado nº 23-68 — Isenta do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, o homem do campo e o estudante enquanto estiver cursando o 2º ciclo colegial. Os pareceres são aprovados, sem restrições.

O Senhor Senador Aloysio de Castro passa a Presidência ao Sr. Senador Menezes Pimentel e apresenta parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 34-68 — Dispensa do reconhecimento de firma, para todos os atos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas, federais, estaduais e municipais, sendo pela sua constitucionalidade e juridicidade e apresentando 2 emendas. Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Reassumindo a Presidência, o Senhor Senador Aloysio de Castro encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 60 DE 17 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Maria de Fátima Veiga, Auxiliar Legislativo, da Diretoria do Patrimônio e Biblioteca para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de abril de 1968.

Assinado por: DCM - 18.4.68. - *André Mendes Viana, Diretor-Geral*

EDITAL

O Secretário da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria nº 47, de 14 de abril de 1968, do Excmo. Sr. Primeiro Secretário do Senado Federal, em cumprimento da ordem do Sr. Presidente e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 226, da Resolução nº 6-60 (Regulamento da Secretaria), faz, pelo presente Edital o Sr. Jorge Pontes de Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-9, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste, comparecer no 2º andar do Anexo do Senado, sala 9, dentro do expediente normal da Secretaria, a fim de apresentar defesa escrita dentro de 10 (dez) dias, no Processo Administrativo nº 1.909.644,39, a que responde, por abandono de cargo, sob pena de revelia.

Brasília, 15 de abril de 1968. - *Hugo Crepaldi, Secretário.*

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA OCTOGESIMA-SEGUNDA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1968.

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e oito às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Armando Corrêa, Aniz Badra, Passos Porto Henrique La Rocque e Catete Pinheiro, sob a Presidência do Senhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente lê o ofício do Banco Central dirigido ao Presidente do Congresso Nacional e referenda aos depósitos em Bancos feitos pelo I.P.C.. Lê, também, sua resposta. Em continuação, pede ao Conselho que declare se, diante do artigo 1º do Regulamento do Instituto deve fazer os depósitos, já aprovados nos dois Bancos particulares que ainda faltam. Solicita, ainda, ao mesmo, que se pronuncie a respeito de como deve proceder, em vista do referido artigo do Regulamento quanto aos depósitos já efetuados nos outros Bancos particulares. O Conselho aprova a sugestão de Senhor Catete Pinheiro no sentido de, ao findar o prazo do depósito retirar 50%, renovando restante e, finalmente, no fim do segundo prazo re-

novar o saldo, a fim de não prejudicar os referidos Bancos com a renovação total de imediato. Em seguida o Senhor Presidente dá conhecimento ao Conselho de seu voto e substitutivo apresentado na Comissão de Justiça aos projetos de contagem de mandato estadual. Prosseguindo o Conselho resolve prorrogar o contrato do Contador por mais três meses com o salário de R\$ 1.090,00 (mil cruzados novos). Em continuação, é apresentada a proposta do Sr. Deputado Gylles Guimarães com o objetivo de que a cobrança dos juros do empréstimo simples seja por fora. A proposta é rejeitada nesta oportunidade. Finalmente são deferidos os requerimentos: de auxílio-doença; dos Srs. Alfeu Ozolin, Alcides Remus, Síles Rezende, de Araújo, Abelardo Frota e Cysne, Délio Carlos, Bastos Nogueira, João Nirelli Filho e João Gonçalves Pereira; de inscrição: Haroldo Teixeira, Francisco de Assis Borges de Lima, Geraldo Barbosa dos Santos. Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu, *Alcides de Oliveira*, Secretário lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. - Mons. Arruda Câmara.

ATA DA OCTOGESIMA-TERCEIRA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1968.

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito às onze horas, na sala do Gabinete

do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Armando Corrêa, Passos Porto, Aniz Badra, Alexandre Costa, Dirceu Cardoso, Celestino Filho e Edmundo Levi, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. - Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Senhor Presidente declara empossados os Senhores Catete Pinheiro, Atílio Fontana, Passos Porto, Armando Corrêa, Aniz Badra e Henrique La Rocque, eleitos Conselheiros do Instituto para o exercício de 1968 e 69 e os Senhores Edmundo Levi, Armando de Figueiredo, Dirceu Cardoso, Pedro Celestino Filho, Alexandre Costa e João Alves, eleitos suplentes de Conselheiro para o mesmo exercício. Finalmente, são aprovados os requerimentos de: auxílio-doença; Srs. Arrigo de Almeida, Feli. Mota Guérios, Victor Rezende de Castro Calado, Humberto Lucena Eliani Ana Faini, Segismundo Andrade, Mário Covas Júnior, Arnaldo dos Santos, Oswaldo José do Espírito Santo, José Raimundo Esteves e Victor Barbosa Fernandes; de desligamento; Amaro Felizardo Falcão, José Sampaio Motta Filho, Ivone-Martha Brasil de Araújo, Carlos Brasil de Araújo Sebastião Aurélio Rove Flaminio Soares de Andrade, Jairo Brasiliano da Costa; de inscrição do Sr. Benjamim de Souza Filho. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu, *Alcides de Oliveira*, Secretário lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. - Mons. Arruda Câmara.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1967-68, LIDO NA 1ª ASSEMBLEIA DE CONTRIBUÍNTES REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 1968

Senhores Associados do Instituto de Previdência dos Congressistas. Nos termos do artigo 25 e suas alíneas, da Lei 4.284-63 está reunida a presente Assembleia, para os fins ali especificados. Apresento o relatório de nossas atividades no exercício a terminar e as informações relativas à situação de nosso Instituto.

Dados Estatísticos da I.P.C. - Até fevereiro de 1967

1) Número de Contribuintes:			
- a saber			
Parlamentares	509		
Funcionários	831	1.390	
Demissionários		372	
2) Número de Pensionistas:			
- a saber			
Beneficiários Especiais	4		
Beneficiários	51		
Ex-Parlamentares	345		
Ex-funcionários	260		
Orfandade suspensa	26	626	
3) Empréstimos Realizados:			
Em 1966	2.171		
Em 1967	1.197		
Em 1968	1.300		
Em 1968 (jan e fev.)	178	4.846	
Concedidos	1.766.462,92		
Amortizações	2.866.818,53	1.909.644,39	
		1.909.644,39	

4) Depósitos em Bancos:			
Conta Movimento			
B. do Brasil S.A.	460.652,01		
B. Crédito Real M. G. S.A.	30.606,79		
Sr. Econômica F. Brasília	3.658,44	494.917,24	

Conta a Prazo Fixo			
B. do Povo S.A.	185.725,60		
B. Crédito Real M. G. S.A.	123.543,33		
B. B. G. do Sul S.A.	100.000,00		
B. Mineiro Produção S.A.	230.804,13		
B. Est. S. Paulo S.A.	200.000,00		
B. Nac. M. Gerais S.A.	200.000,00		
União B. Brasileiros	50.000,00		
B. Ind. Com. Sta. Catar.	50.000,00	1.455.313,54	1.950.230,78

Letras Reajustáveis				
Valor Nominal				
Tesouro Nacional	502.972,50			
Estado Minas Gerais	2.670.000,00	3.172.972,50		
Empréstimo Especial				
Ao Fundo Assistencial		660.000,00		
Imobilizado				
Equipamentos e Instalações	2.724,00			
Maq. Apar. Escritório	31.677,00			
Apar. Copr. e Cozinha	170,00	34.571,80		
A receber				
Juros e Lucros s/Letras				
Tesouro Nacional	256.274,36			
Idem Gov. Minas Gerais	312.141,86	568.416,22		
Contr. parte do Senado				
Relat. outº, novº, dezº 66		54.429,18		
SOMA				
Em 27 de março de 1968.		8.300.264,95		
Adendo				
Transporte		8.300.264,95		
Contribuição:				
Da Câmara (março)		163.888,46		
Do Senado (março)		51.316,35		
TOTAL GERAL				
		8.515.419,76		
64/65 65/66 66/67 67/68				
Pensão a Contribuintes	157.297,80	456.063,51	1.069.219,20	2.624.250,31
Pensão a Beneficiários	6.915,10	30.415,46	82.096,20	172.218,41
Pensão Benef. Especiais			2.241,59	6.004,60
Seguro de Vida	5.000,00	4.976,00	10.770,00	12.180,00
Auxílio Funeral	360,00	223,00	176,99	1.120,00
Acumulado de 1964 a 1968 (março a março)				
Pensão a contribuintes		4.306.830,84		
Pensão a beneficiários		291.648,21		
Pensão a Benef. Especiais		8.246,19		
Seguro de Vida		32.926,00		
Aux. Funeral		1.381,99		
TOTAL GERAL				
		4.641.533,23		
Exercício 1967 a 1968 (março)				
Receita - a saber				
Dos Associados		990.979,08		
Dos Pensionistas		149.843,52		
Para Cobertura Carência		352.031,41		
De Mandato Estadual		23.023,10		
Da Câmara		785.466,09		
Do Senado		241.793,07		
Diversas (Doações e Subvenções)		553.300,00		
Descontos de faltas		120.659,31	3.217.095,58	

Juros:		
Empréstimos Simples	123.680,68	
S/Contribuições	1.775,35	
S/Operações Contratuais	22.894,22	
Indenizações e Restituições	2.424,05	
Juros Bancários	14.815,00	165.589,30
SOMA		3.382.684,88
Despesa — a saber:		
Pensões a Contribuintes	2.130.379,60	
Pensões a Beneficiários	139.023,07	
Pensões a Beneficiários Esp.	4.587,40	2.279.990,42
Auxílio Funeral	1.120,00	
Seguro Funeral	12.180,00	
Devol. juros p/pagto. antecipado ..	15.116,55	
Restituições de Contribuições	32.116,55	
Restituições de Empréstimos	232,78	
Abono (art. 3º Lei 4.937-66)	1.800,00	
Despesas de Custeio	14.605,10	
Outras Inversões Financeiras	11.677,62	
SOMA		2.368.839,02

Demonstração entre Receita e Despesa

Receita	3.382.684,88	
Despesa	2.368.839,02	1.013.845,86

Como se vê dispõe o IPC de um saldo geral de mais de 8 e meio bilhões de cruzeiros velhos.

Os benefícios e pequenas despesas estão pagos em dia, até o fim de março corrente.

Os benefícios pagos até agora somam: NCr\$ 4.641.533,23

Sendo no exercício que ora finda — NCr\$ 2.295.338,10

A diferença, portanto, para mais, das despesas anualmente, é enorme:

As contribuições ascenderam este mês:

Financeiro a	215.144,81
A folha de pagamento de benefícios a	195.347,31

Diferença	19.797,50
-----------------	-----------

O ano financeiro deu um saldo de apenas 1.013.845,86.

O recolhimento de jecton está reduzido à expressão mais simples. Ou o comparecimento dos congressistas é maciço ou os jectons são abonado. Outrora era renda substancial, hoje inexpressiva.

O nosso Instituto é o que paga maior soma de benefícios entre os congêneres de todo o mundo. Não exige a idade, que nos outros países varia de 45 a 65 anos para fazer jus à pensão. Dá o seguro de vida gratuito, aposentadoria integral nos casos de invalidez. Nos outros Países apenas se concede a aposentadoria em quantia geralmente inferior à nossa.

O Instituto foi criado sob bases sólidas e inabaláveis.

Mas, têm sido tantas as reivindicações, muitas das quais atendidas, que me sinto no dever de alertar os senhores associados sobre o perigo de novos benefícios.

Os contribuintes são os mesmos em número, enquanto os pensionistas aumentam dia para dia, e em cada legislatura.

Se forem atendidas as reivindicações ora em curso, em plenitude, o I.P.C. não resistirá. Há de sucumbir fatalmente.

A única fonte de receita nova que oferecem são as promessas de subvenções.

Ora durante 5 anos as subvenções concedidas ao IPC pelos Senhores Congressistas montam a NCr\$ 97.000,00 por ano, irrisórias.

O pagamento delas também é aleatório. Depende de o Sr. Ministro querer pagar em todo ou em parte, pois o Orçamento é lei autorizativa e depende dos planos de contação de despesas do Governo.

Num substitutivo que apresentei aos projetos em curso na Comissão de Justiça concedi o máximo que o Instituto pode, com sacrifício suportar, sem a certeza de fracassar dentro de poucos anos.

A contagem de 4 anos de mandato estadual aos que ainda o não contaram e o pagamento de 4 anos de carência aos que não foram deputados estaduais. Será pouco? Mas é alguma coisa. É melhor o pouco certo do que o muito duvidoso, ou melhor, por pouco tempo. A contagem nova de mandatos estaduais perfazendo até 14 anos, seria privilégio inadmissível.

A finalidade do IPC foi amparar, oferecer uma ajuda básica, por assim dizer, complementar, não proventos polpidos. O seu patrimônio, destinado a velhos, viúvos e órfãos é sagrado, deve ser guardado e defendido a todo custo. Não se podem criar despesas com receita condicional, aleatória e insuficiente (Const. art. 158, § 1º).

Ao cumprir esse duro dever de pedir a atenção e o desprendimento dos Srs. Congressistas, estou desempenhando uma obrigação de consciência.

Meu desejo é o de amparar a todos sem exceção, mas dentro das possibilidades, sem riscos, sem aventuras, sem liberalidades que ponham em perigo uma Instituição que nos custou tantas penas, tantos trabalhos, tantos sacrifícios e sofrimentos e que me é tão cara.

Ajudem-me os Srs. Congressistas a preservá-la, a consolidá-la, a perpetuá-la, mesmo com sacrifício de aspirações justas, mas evidentemente inviáveis.

Valho-me da oportunidade para agradecer às Mesas da Câmara e do Senado, ao colendo e zeloso Conselho Deliberativo e ao nosso devotado funcionalismo a valiosa colaboração oferecida para o êxito da minha administração.

Este ano tivemos que enfrentar duas ações em juízo: uma relativa à contagem de tempo de serviço prestado fora do Congresso por funcionários; outra, a dos Ministros de Tribunais que pretendem acumular os proventos da pensão ou aposentadoria do IPC com os vencimentos do exercício de seus cargos. A primeira foi rejeitada nas duas instâncias; a segunda na 1ª Instância da Justiça Federal, pendendo de decisão do Tribunal Federal de Recursos.

Temos sofrido também constante pressão do Banco Central, no sentido de retirarmos nossos depósitos dos Bancos e os recolhemos ao Banco do Brasil, com juros ínfimos. Para atendermos a essa demanda, vamos retirando parte desses depósitos, à medida que os prazos fixos se vencem, e vamos fazer um depósito substancial na Caixa Econômica, que oferece melhores lucros que os Bancos.

Não podemos fazer a retirada total de uma vez, pois isso causaria abalo nesses Estabelecimentos Bancários, que, além do mais, suspenderiam ou reduziriam os empréstimos aos nossos associados, o que muito nos desagradaria. Essa espécie de inversão não é das mais lucrativas: não rende 2% ao mês, mas representa uma assistência financeira e social aos Srs. Congressistas, que vez por outra, têm necessidade de empréstimos. E só por isso a mantemos.

As letras dos Tesouros Federal e de Minas Gerais nos vêm dando mais de 3% ao mês, razão porque nelas empregamos mais de três bilhões, esperando no fim de 1968 atingir os 4 bilhões.

A primeira contagem de mandato estadual, 1.050 anos, acarretou um compromisso que, na próxima Legislatura, ascende a 1.100.000.000 de cruzeiros velhos.

A ora pleiteada, com a contagem de cerca de 630 anos, importará num ônus, então de 650 milhões, atingindo as duas a alarmante cifra de quase 1 bilhão e 800 milhões por ano.

Outras contagens serão pleiteadas e obtidas nas próximas Legislaturas. E superadas as contribuições pelas pensões, que ocorrerá brevemente, entraram as pensões a devorar as outras fontes de receita, que uma vez superadas, ocasionarão o desgaste do patrimônio. Será o fim...

Brasília, 29 de março de 1968. — Monsenhor Arruda Câmara, Presidente.

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Danel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portela (PI)
 Manoel Villaga (RN)
 Antônio Carlos SC

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnaldo de Mello
 Domicio Gondim
 Josaphat Torres
 Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Arthur Virgílio
 Mário Martins
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

Feliciano
 Braga
 Cleofas
 Teotônio Vilela
 Leon Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Braga
 Antônio Carlos
 Ney Braga
 Arnaldo de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnão de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helen, Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sa
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sa

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo TorresJosé Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores,**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio LeiteLobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio VillelaJúlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça,**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio LeiteCelso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos LindenbergJosé Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça,

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes PimentelTeotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho PintoJosé Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
João MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo LeviSecretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**(5 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da SilveiraFilinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz**ARENA****TITULARES**Benedito Valladares
Filinto Müller
Aloysia de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Leão
Arnon de Mello
José Cândido**SUPLENTE**Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Peir no Portela
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel**MDB**Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Sigetredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaza**ARENA****TITULARES**Sigetredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaza
Clodomir Millet**SUPLENTE**Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira**MDB**Adalberto Senna
Sebastião ArcherNogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Paulo Tóres
Vice-Presidente: Oscar Passos**ARENA****TITULARES**Paulo Tóres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido**SUPLENTE**Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaza
Ney Braga**MDB**Oscar Passos
Mário MartinsArgemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello**ARENA****TITULARES**Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tóres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer**ARENA****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domicio Gondim
João Cleofas**SUPLENTE**Paulo Tóres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg**MDB**Sebastião Archer
Pessoa de QueirozMário Martins
Ruy C.

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**ARENA****TITULARES**José Guimard
Fernando Corêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigetredo Pacheco
Manoel Villaza**MDB**Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Senna
Ruy Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.